

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS CONSOLIDADAS -
2024



Sines
MUNICÍPIO





RELATÓRIO DE GESTÃO

Nota Introdutória.....	1
Metodologia.....	2
Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama	5
Análise Financeira	5
Síntese da Atividade Desenvolvida	6
Associação Pró Artes de Sines	21
Análise Financeira	21
Síntese da Atividade Desenvolvida	22
Análise Patrimonial.....	30
Análise ao Balanço Consolidado – Ativo	30
Análise ao Balanço Consolidado – Passivo.....	31
Análise ao Balanço Consolidado – Património Líquido.....	32
Análise à Demonstração de Resultados – Gastos	33
Análise à Demonstração de Resultados – Rendimentos	33
Análise à Demonstração de Resultados – Resultados	34
Endividamento do Grupo Municipal.....	35
Indicadores de Gestão	36
Demonstrações Financeiras Consolidadas	38
Balanço consolidado	39
Demonstração dos resultados por naturezas consolidados	42
Demonstração das alterações no património líquido consolidada	44
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados.....	46
Anexos às demonstrações financeiras consolidadas	48
Demonstrações orçamentais consolidadas	85
Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental.....	86
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	88

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dados Financeiros - Sines Tecnopolo.....	5
Tabela 2 - Dados Financeiros - Pró Artes	21
Tabela 3 - Balanço Consolidado – Ativo	30
Tabela 4 - Balanço Consolidado – Passivo	31
Tabela 5 - Balanço Consolidado – Património Líquido	32
Tabela 6 - Demonstração de Resultados – Gastos	33
Tabela 7 - Demonstração de Resultados – Rendimentos.....	34
Tabela 8 - Resultados.....	34
Tabela 9 - Endividamento Consolidado – 2024	35
Tabela 10 - Evolução do Endividamento Consolidado	35
Tabela 11 - Indicadores Económico-Financeiros	36
Tabela 12 - Participação de cada entidade nas demonstrações financeiras	37

NOTA INTRODUTÓRIA

Em conformidade com o disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Dispõe o artigo 75.º do referido diploma que o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, devendo ainda serem consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Nestes termos, o grupo municipal é constituído pelo Município de Sines, entidade consolidante, e pelas entidades consolidadas, Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama (Sines Tecnopolo), a Associação Pró Artes de Sines e a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Refere o artigo 76.º do RFALEI que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas. Este sistema permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC –ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

METODOLOGIA

A elaboração da prestação de contas consolidadas do Município de Sines para o exercício de 2024 teve subjacente os seguintes normativos:

- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro - Lei de Enquadramento Orçamental (LEO);
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Instrução n.º 1/2019 - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC);
- Resolução n.º 4/2024 do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2024 e gerências partidas de 2025;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No SNC-AP os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- NCP 21 – Demonstrações Financeiras Separadas - O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.
- NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas - O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.
- NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos - O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.
- NCP 24 – Acordos Conjuntos - O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).

Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
- NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
- NCP 18 – Instrumentos Financeiros

- NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas

Nos termos do artigo 7.º do SNC-AP é estabelecido, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes. No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidada, os municípios apresentam os mapas orçamentais com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.

Relativamente ao perímetro de consolidação orçamental, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, o que inclui a Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama (Sines Tecnopolo) e a Associação Pró Artes de Sines. Quanto ao perímetro de consolidação financeira, inclui as entidades do perímetro de consolidação orçamental e as entidades controladas pelas Administrações Públicas.

No que concerne aos métodos de consolidação, o Município de Sines adotou os seguintes:

- Método de consolidação integral para as duas entidades que controla, Sines Tecnopolo e Associação Pró-Artes, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários; e o
- Método da equivalência patrimonial para a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

No método de consolidação integral, procedemos à integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante, os elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Os interesses minoritários foram reconhecidos em termos de balanço e demonstração de resultados, de acordo com as percentagens de cada entidade consolidada que não são detidas pelo Município de Sines.

Seguidamente, procedemos à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo público, dada a estrutura das demonstrações financeiras anuais das entidades a consolidar. Deste modo, efetuámos as obrigatórias eliminações de saldos, das transações relativas a operações efetuadas entre as entidades e as necessárias eliminações recíprocas.

Dado o método de consolidação integral, foi necessário desenvolver as seguintes fases:

- Acumulação das contas do balanço e da demonstração dos resultados, através da simples adição, do conjunto das entidades a consolidar;
- Repartição, quer dos capitais próprios, quer do resultado do exercício das entidades dependentes, evidenciando a fração que pertence ao grupo e a que pertence a terceiros (interesses minoritários);
- Evidenciação da diferença entre o valor da participação financeira contabilizado no ativo do Município e a correspondente fração que lhe cabe nos capitais próprios das entidades dependentes;
- Anulação de todas as operações entre as entidades a consolidar, bem como dos resultados e demais saldos de contas delas decorrentes.

No que respeita ao método de equivalência patrimonial aplicado à participação do Município de Sines na Município, SA., foram reconhecidas as variações no capital próprio da participada e o resultado líquido do período de 2024, em função da percentagem detida.

SINES TECNOPOLO - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA VASCO DA GAMA

ANÁLISE FINANCEIRA

TABELA 1 - DADOS FINANCEIROS - SINES TECNOPOLO

(unidade: €)

Dados anuais	2024	2023	Variação	
			(€)	(%)
Capital Social	1.007.500	1.007.500	0	0,00%
Total do ativo	4.661.221	4.802.130	-140.909	-2,93%
Capital próprio	2.558.301	2.534.694	23.607	0,93%
Resultado líquido do período	123.779	192.092	-68.313	-35,56%
Passivo total	2.102.920	2.267.436	-164.516	-7,26%
Passivo não corrente	1.548.008	1.629.366	-81.358	-4,99%
Financiamentos obtidos	1.548.008	1.629.366	-81.358	-4,99%
Passivo corrente	554.912	638.069	-83.158	-13,03%
Financiamentos obtidos	80.517	70.634	9.884	13,99%
Fornecedores/Outros credores CP	473.050	567.436	-94.385	-16,63%
Acréscimos e diferimentos	1.344	0	1.344	
Total de rendimentos e ganhos	1.019.135	1.105.252	-86.118	-7,79%
Volume de negócios	766.499	848.901	-82.402	-9,71%
Prestação de Serviços	342.384	441.733	-99.349	-22,49%
Subsídios à exploração	424.115	407.168	16.947	4,16%
Total de gastos e perdas	895.355	913.161	-17.805	-1,95%
EBITDA	345.708	444.804	-99.096	-22,28%
Gastos com o pessoal	403.191	386.002	17.188	4,45%
Nº empregados	15	17	-2	-11,76%

O Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama apresenta um ativo de 4,7 milhões de euros, um passivo de 2,1 milhões e um capital próprio de 2,6 milhões de euros.

O resultado líquido do período de 2024 no valor de 124 mil euros representa uma variação de -36% face a 2023.

SINTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama, constituída a 19 de dezembro de 2006, é uma Associação privada sem fins lucrativos, com sede na Zona Industrial Ligeira II, lote 122 – A, freguesia e concelho de Sines.

Iniciou a sua atividade a 1 de agosto de 2007, com o nº de pessoa coletiva 507930452 e tem como objeto social:

- A promoção do empreendedorismo de base tecnológica e a oferta de serviços complementares relevantes para a atividade económica regional, acolhendo nas suas instalações ideias, projetos e empresas que apresentem uma forte ligação com áreas de investigação e desenvolvimento tecnológico determinantes para a diversificação e fortalecimento do tecido empresarial da região;
- A promoção e incorporação de tecnologia e conhecimento produzido em instituições de investigação e ensino superior e a respetiva transferência para o sector produtivo;
- A constituição, promoção, desenvolvimento e gestão de um centro de incubação de empresas de base tecnológica;
- A prestação de serviços especializados, consultoria, formação, marketing, aluguer e rentabilização de espaços de apoio às empresas.

Durante o ano de 2024 foram desenvolvidos um conjunto de projetos, dos quais se destacam:

- **BLUE BUSINESS ACADEMY - GESTÃO E LIDERANÇA PARA PORTOS MARÍTIMOS**
 - Blue Business Academy pretendeu incrementar a relação entre entidades da Comunidade Portuária a nível da gestão e liderança, capacitando líderes de topo e técnicos superiores através de bootcamps, sessões de coaching, formação online em novas tecnologias, sessões de formação temáticas com especialistas na área da gestão e liderança.
 - Atividades Realizadas
 - Execução de Bootcamp a 4 e 5 de abril 2024 - Indicadores atingidos: 11 participantes, 6 empresas;
 - Execução de Bootcamp a 11 e 12 de abril de 2024 - Indicadores atingidos: 11 participantes, 9 empresas;
 - Execução da uma Conferência com o tema “Liderança”, com 10 participantes;

- Execução da uma Conferência com o tema “Estratégias para gerir no meio do caos”, com 15 participantes.
- FISHINN
 - o O projeto visa criar roteiros de inovação para os ecossistemas pesqueiros artesanais do território de cooperação. Aumentar a competitividade e resiliência dos ecossistemas pesqueiros artesanais, reforçando a colaboração dos atores locais e aumentando as suas capacidades de inovação. Este intercâmbio de conhecimentos entre os intervenientes e centros tecnológicos estimulará a criação de novas actividades e a transição para soluções inteligentes, circulares e mais eficientes para inverter o seu declínio.
 - o Atividades Realizadas
 - WP 1: Caracterização do Ecossistema das Pescas;
 - WP 2: Mapeamento de Oportunidades de Inovação em Portos de Pesca e Ecossistemas de Pescas;
 - WP 3: Planeamento de Inovação;
 - Reunião do Comité;
 - Visitas de estudo ao País Basco (Espanha) em Março de 2024 e a Kerry (Irlanda) em Junho de 2024;
 - Fóruns Locais de Inovação: Realizou-se um em Sines em Maio de 2024.
- NAUTICAL ALENTEJO GO INTERNACIONAL
 - o O projeto Nautical Alentejo go internacional visa a valorização e promoção internacional conjunta das Estações Náuticas do Alentejo (ENA) estimulando o aumento das exportações das empresas nelas integradas, via aumento das receitas turísticas internacionais. Todo o projeto assenta na criação de notoriedade e visibilidade internacional da marca Alentejo, contribuindo com isso para tornar o turismo na região do Alentejo mais competitivo. O projeto aposta na internacionalização de Estações Náuticas (EN), costeiras e em águas interiores, de acordo com a seguinte distribuição: Alandroal, Avis, Moura-Alqueva, Mértola, Monsaraz, Odemira e Sines.
 - o Atividades Realizadas
 - Realização de uma reunião com os parceiros para lançamento do projeto, 23 setembro em Sines.
- NAUTICAL LEADERS 4.0 - FORMAÇÃO PARA O SUCESSO EMPRESARIAL TURÍSTICO
 - o O Nautical Leaders 4.0 pretendeu abranger as entidades da Estação Náutica

a nível da gestão e liderança, capacitando líderes de topo e técnicos superiores através de bootcamps, sessões de coaching, formação online em novas tecnologias e sessões de formação temáticas com especialistas na área da gestão e liderança.

O Atividades Realizadas

- Execução de Bootcamp a 9 e 10 de abril 2024 - Indicadores atingidos: 10 participantes, 10 empresas;
- Execução de Bootcamp a 16 e 17 de abril de 2024 - Indicadores atingidos: 12 participantes, 10 empresas;
- Execução da uma Conferência com o tema “Liderança”, com 16 participantes, com 1 orador,
- Execução da uma Conferência com o tema “Estratégias para gerir no meio do caos”, com 18 participantes.

• NEXOMAR

- O Dinamização da atividade logística marítima no território através do reforço das capacidades organizativas e tecnológicas do sistema logístico portuário. Reforço das capacidades organizativas e tecnológicas do sistema logístico nas zonas portuárias do Alentejo-Algarve e da Andaluzia, para promover Alentejo-Algarve e Andaluzia, para promover a internacionalização e o aumento da presença externa das empresas presença no estrangeiro de empresas nos domínios da logística e das empresas de produção. empresas de produção. O projeto NEXOMAR visa otimizar os recursos logísticos, tornando-os mais sustentáveis, digitais e acessíveis. Visa igualmente otimizar os recursos logísticos, tornando-os mais sustentáveis, digitais e acessíveis, permitindo que tanto o sector logístico como os sectores industriais da logística e os sectores industriais da Euroregião sejam mais competitivos e eficientes. eficientes. Como pilar básico, promover-se-á entre as empresas industriais participantes desenvolvimento de programas de estratégia empresarial que permitam consolidar a internacionalização, melhorar internacionalização, melhorando técnicas e processos, aplicando sistemas de Smart-logistics, logística inteligente, logística colaborativa, logística 4.0.

O Atividades Realizadas

- Ação A.1.1: Sistema de Inteligência Competitiva no Setor Logístico.
- Ação A.1.2: Análise de Viabilidade de Projetos de Infraestruturas.
- Ação A.1.3: Avaliação do Desempenho Logístico dos Setores Motrizes.

- Ação A.2.1: Programa de Empreendedorismo Inovador.
- Ação A.2.2: Serviço de Apoio à Globalização das Cadeias de Abastecimento.
- Ação A.2.3: Melhoria do Desempenho Logístico na Eurorregião.
- Ação A.3.1: Formação em Inovação e Digitalização no Setor Logístico.
- Ação A.3.2: Criação de Ferramentas.
- Ação A.3.3: Programa de Smart-Logistics.
- Programa de Empreendedorismo Inovador (A.2.1).
- Serviço de Apoio à Globalização das Cadeias de Abastecimento (A.2.2).
- Avaliação do Desempenho Logístico dos Setores Motrizes (A.1.3).
- Melhoria do Desempenho Logístico na Eurorregião (A.2.3).
- Programa de Smart-Logistics (A.3.3).
- PORTUGAL BLUE DIGITAL INNOVATION HUB
 - o O Portugal Blue Digital Hub (PBDH) é um projeto nacional focado na transformação digital de PME e entidades públicas do setor da economia azul. O objetivo principal é a interoperabilidade entre empresas, fomentando o empreendedorismo, a inovação e a atração de investimentos estrangeiros. A digitalização do setor público marítimo também é um dos focos, promovendo o acesso simplificado a dados e a sustentabilidade ambiental. O Sines Tecnopolo está envolvido no WP4, que se dedica a serviços de incubação e aceleração no Alentejo e Algarve. O objetivo deste Work Package é fortalecer a Economia Azul em Portugal através de programas de inovação aberta, conectando startups e PME com necessidades do setor marítimo e promovendo projetos piloto inovadores.
 - o Atividades Realizadas
 - Lançamento de programa de incubação e aceleração direcionado a startups e PME do setor da Economia Azul no Alentejo.
- SAFERSEA
 - o O projeto SaferSEA visa assim aumentar a sensibilização para os desafios enfrentados pela indústria naval, nomeadamente as questões energéticas e de sustentabilidade. O objetivo deste projeto é contribuir para o desenvolvimento de um sector marítimo mais seguro e ecologicamente mais amigável e fornecer às partes interessadas do sector marítimo soluções para apoiar a sua transição ecológica. A SaferSEA irá assim fomentar a

identificação e desenvolvimento de novas tecnologias para navios e portos, e uma ligação mais forte entre os interessados – armadores, autoridades portuárias, investigadores, start-ups inovadores.

- o Atividades Realizadas
 - Capitalização de projetos anteriores e experiências;
 - Definição da estratégia de capitalização;
 - Comunicação e promoção dos resultados do projeto;
 - Mapeamento de atores e ferramentas;
 - Participação na Sea Tech Week em Brest (França)
 - Visita ao ecossistema Inovador da UPTEC no Porto em Julho de 2024;
- DIBEST - INOVAÇÃO DIGITAL PARA ECONOMIA AZUL E TURISMO SOCIAL
 - o É um projeto colaborativo transnacional que se apoia numa rede de microempresas de economia azul, através de um modelo de triple hélice alicerçado entre parceiros de negócio, universidade e associações de turismo em 4 países. O foco deste projeto é fornecer ferramentas para implementar práticas de digitalização, turismo mais sustentável e amigo do ambiente em cada região. Microempresas de toda a rede serão escolhidas para participar neste projeto e receberão um conjunto de conhecimentos e formação com base nas suas necessidades específicas e disponibilidade para a digitalização.
 - o Atividades Realizadas
 - Pacote de Trabalho 1 (WP1) - Estudo Detalhado do Setor (concluído 2024);
 - Pacote de Trabalho 2 (WP2) - Desenvolvimento de Cursos Online Específicos (40% concluído);
 - Pacote de Trabalho 3 (WP3) - Processo de Seleção e Recrutamento de Microempresas (93% concluído);
 - Pacote de Trabalho 4 (WP4) - Programa de Mentoria e Assistência (5% concluído);
 - Pacote de Trabalho 5 (WP5) - Estratégia de Comunicação (20% concluído);
 - Reuniões Mensais do WP1: Participação em reuniões mensais;
 - Reunião Presencial em Málaga: Apresentação da revisão da literatura e análise situacional em fevereiro de 2024;
 - Análise das Necessidades de Formação: Focus Group em Portugal, realizado em março de 2024;

- Reunião Presencial em Caen, França: Apresentação e discussão do WP4 em outubro de 2024;
- Webinar de Informação e Recrutamento: Realizado em 4 de outubro de 2024, com 17 participantes online em Portugal.
- GREENER
 - o O projeto GREENER, financiado pelo programa Interreg POCTEP 2021-2027, visa impulsionar a transição do setor energético para um modelo sustentável na região transfronteiriça Alentejo - Algarve - Andaluzia (AAA). A iniciativa fortalece a indústria auxiliar do setor energético, reforçando a sua capacidade de resposta às necessidades das empresas motrizes.
 - o Atividades Realizadas
 - Levantamento e análise do setor energético verde, incluindo identificação de empresas, necessidades da indústria auxiliar e recolha de informação para caracterização do setor;
 - Divulgação do projeto junto da rede de atores locais, promovendo o envolvimento dos stakeholders;
 - Definição da estrutura e desafios estratégicos do Hackathon Transfronteiriço, incluindo planeamento logístico e primeiros contactos para a sua realização em 2025;
 - Evento de lançamento do projeto em Faro;
 - Sessões estratégicas do consórcio para acompanhamento da execução do projeto.
- CERTIFICAÇÕES NO ÂMBITO DAS FORMAÇÕES
 - o O objetivo do projeto de certificações é garantir o cumprimento de todos os requisitos definidos pelas entidades certificadoras, além de identificar novas oportunidades para obtenção de certificações.
 - o Atividades Realizadas
 - Homologação Repsol:
 - Comunicação de Realização das ações de formação;
 - Envio de listagens de formandos certificados;
 - Elaboração e envio de relatório anual;
 - Auditoria aos dossiers Técnico Pedagógicos e das ações de formação;
 - Renovação da certificação;
 - Homologação de novos cursos (E-Vision e Auxiliar de Resgate).

- Homologação Galp:
 - Elaboração de pedido de Homologação do curso de trabalhos em altura;
 - Auditória as instalações;
 - Aprovação da homologação do curso;
 - Realização de ações de formação.
- CENTRO QUALIFICA
 - o O projeto insere-se no Programa PESSOAS 2030 (Programa Temático Demográfico, Qualificações e Inclusão), 4C. Mais e melhor (re)qualificação de adultos para crescer, com o objetivo de promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional. Pretende-se também, reforçar a orientação dos jovens que não se encontram em situação de emprego nem a frequentar qualquer ação de educação ou de formação, através de informação e orientação adequada as perfis, necessidades e motivações.
 - o Atividades Realizadas
 - Reuniões com entidades para promoção do Centro Qualifica;
 - Realização de sessões de Orientação e Encaminhamento de diversos candidatos, de acordo com as suas necessidades formativas e/ou de qualificação;
 - Continuação e início de novos processos de RVCC Escolar de nível Secundário;
 - Encaminhamento de candidatos para as diversas ofertas formativas, nomeadamente formação modular, cursos EFA e cursos PLA;
 - N.º de Inscrições totais - 222 Candidatos;
 - N.º de Encaminhamentos para Ofertas - 217 candidatos;
 - N.º de Encaminhamentos para Processos de RVCC - 62 candidatos;
 - N.º de candidatos em reconhecimento - 80 candidatos;
 - N.º de Certificações outras modalidades - 146 candidatos;
 - Certificação de 7 candidatos;
 - Cerimónia de entrega de Diplomas e Certificados de Qualificação aos

candidatos que terminaram os processos no ano anterior;

- Participação em vários eventos, tais como: I Encontro de Centros Qualifica do Alentejo Litoral “Qualificar em Rede”, XII Encontro Nacional de Formadores, Ação de Sensibilização e Prevenção de Tráfico de Seres Humanos, X Seminário Nacional e II Internacional de Educação e Formação de Adultos, Webinar Século XXI que Competências, 3.º Webinar do II Ciclo de Webinars da língua portuguesa no contexto do acolhimento e integração de migrantes: Partilha de Experiências e Boas Práticas.”

- **DESAFIO2030: CAPACITANDO PARA O FUTURO**

- o O projeto candidato insere-se no Programa Pessoas 2030 (Programa temático Demografia, Qualificações e Inclusão), 4C. Mais e melhor (re)qualificação de adultos para crescer, com o objetivo de promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional. O “Desafio2030: Capacitando para o Futuro” terá a duração de 36 meses, sendo destinado a todos os adultos que integram os centros qualifica, que pretendam aprofundar as suas competências, tendo em vista o exercício da sua atividade profissional, bem como a adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais e o reforço da empregabilidade.

- o Atividades Realizadas

- Elaboração e submissão da candidatura;
- Aprovação da candidatura, mas sem dotação financeira.

- **FORMAÇÃO 4.0: PREPARAR PARA O FUTURO DIGIT@L**

- o O projeto foi delineado tendo por base as necessidades formativas identificadas ao nível das competências digitais, por parte das empresas incubadas no Sines Tecnopolo, das entidades parceiras e do tecido empresarial do Litoral Alentejano. Sendo dessa forma traçado o plano de formação que se submeteu para aprovação.

- o Atividades Realizadas

- Elaboração e submissão da candidatura;

- Aprovação da candidatura, mas sem dotação financeira.
- **FORMAÇÃO À MEDIDA**
 - o A Formação à Medida é uma intervenção formativa direcionada para as empresas, que corresponde às necessidades das pessoas e das organizações oferecendo respostas distintas, pensadas caso a caso, em função dos perfis de partida, que permitem uma aprendizagem mais eficaz em sintonia com as características e exigências do posto de trabalho.
 - o Atividades Realizadas
 - Realização de 83 propostas de formação;
 - Adjudicação de 33 propostas de formação;
 - Participação de 28 empresas.
 - 862 - Segurança e Higiene no Trabalho:
 - Realização de 100 horas formação;
 - 15 ações de formação;
 - Certificação de 152 formandos;
 - Volume de formação de 1044 horas.
 - 222 - Línguas e literaturas estrangeiras:
 - Realização de 50 horas de formação;
 - 2 Ações de formação;
 - Certificação de 13 formandos;
 - Volume de formação 325 horas.
- **FORMAÇÃO À DISTÂNCIA 2024 (E-LEARNING E B-LEARNING)**
 - o A "Formação à Distância" é uma solução formativa flexível que permite aos formandos e empresas realizarem a sua aprendizagem de acordo com a sua disponibilidade. Este plano foi desenvolvido para responder às necessidades formativas tanto do público em geral quanto das empresas, proporcionando uma oferta acessível e adaptada às novas exigências do mercado.
 - o Atividades Realizadas
 - Realização de 2688 horas formação;
 - 331 ações de formação;
 - Certificação de 968 formandos ;
 - Volume de formação de 10107 horas;
 - Participação de 63 empresas.
- **FORMAÇÃO EM PARCERIA COM O FOR-MAR**
 - o O projeto formativo resulta da elaboração de um protocolo de colaboração

entre o Sines Tecnopolo e o FOR-MAR, no sentido de desenvolver em conjunto cursos de formação específicos na área da Pesca e noutras áreas de interesse mútuo. Conceber e executar em conjunto o plano de formação para 2024. Alargar a oferta formativa na região.

- o Atividades Realizadas
 - Realização de 4 sessões de esclarecimento;
 - Desenvolvimento de 6 cursos de formação;
 - Implementação dos cursos de acordo com o Decreto de Lei n.º 166/2019.
- FORMAÇÃO STANDARD
 - o O Projeto Formação Standard 2024 foi concebido de acordo com as necessidades formativas das empresas e da população do Alentejo. Este Projeto engloba algumas das áreas de formação acreditada pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT).
 - o Atividades Realizadas
 - Realização de 207 ações de formação, correspondentes a 1009 Horas e Certificação de 2464 formandos.
- RUMO A UM FUTURO SUSTENTÁVEL
 - o O Projeto Rumo a um Futuro Sustentável, tem como área de influência o Alentejo Litoral, mais especificamente os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira. O projeto tem como objetivo minimizar os efeitos diretos e indiretos nos trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho resultantes do processo de transição energética no Alentejo Litoral, com o desenvolvimento de ações de formação que contribuem para a reconversão e a reintegração profissional de pessoas que, direta ou indiretamente, viram o seu posto de trabalho extinto por força do encerramento da Central Termoelétrica de Sines.
 - o Atividades Realizadas
 - Elaboração e submissão da candidatura;
 - Aprovação da candidatura;
 - Termo de aceitação;
 - Divulgação do Projeto;
 - Início da Execução do Projeto;
 - Realização de 4 ações de formação, correspondentes a 100 Horas e Certificação de 69 formandos;

- INCUBAÇÃO
 - o 3 Novos Incubados
 - HyLab (física) – 23/02/2024
 - Abenaa Addai (física) – 29/04/2024
 - Reváguas (virtual) – 12/08/2024
 - o 23 Entidades e Empresas instaladas (Permanência de Serviço)
 - ACLS - Associação do Comércio Local de Sines (virtual)
 - Advogada Maria Amélia Cruz (física)
 - Ambiosfera (física)
 - Astratec, Lda (virtual)
 - CENFIM (laboratório - física)
 - Complai, Lda (virtual)
 - CRA – Coelho, Ribeiro e Associados (física)
 - GAE – Gabinete de Apoio ao Empresário de Sines (física)
 - HGL - Sucursal em Portugal (física)
 - In2Sea, Lda (virtual)
 - iZapiens (virtual)
 - JML Batista (física)
 - LC Ventures (virtual)
 - Light2life, Lda (virtual)
 - Lurdes Palma – Psicomed (virtual)
 - Neptune IT LATAM Lda. (virtual)
 - Ofisines, Lda (virtual)
 - Ordem dos Engenheiros, Região Sul (física)
 - Romandrade (física)
 - Solarengo Energia (virtual)
 - Staalor Unipessoal Lda (física)
 - Steerin, Lda (virtual)
 - Winner Oxygen (física)
 - o 4 Saídas Incubação
 - I'M OHNE PT (Virtual) – 31/03/2024
 - Bruxa do Mar Brewing (física) – 31/10/2024
 - IMGP – Trabalho temporário (física) – 30/11/2024
 - ACGSF Brand Design, Lda (virtual) – 30/11/2024
 - RELEVINTRIGANTE U. LDA (virtual)

- **PLACAPRE**

- o O PlaCaPre - Plataforma para o Reforço das Cadeias Produtivas Regionais é uma iniciativa estratégica coordenada pelo Sines Tecnopolo, com cocoordenação da ACPMR, que visa impulsionar a competitividade e a resiliência das cadeias produtivas do Alentejo. O projeto alinha-se com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI 2030).

- o Atividades Realizadas

- Divulgação da plataforma e criação Grupos de Trabalho alinhados com os domínios estratégicos da EREI 2030;
 - Interação com Stakeholders regionais e recolha de informação para identificação de projetos estruturantes;
 - Desenvolvimento do Roadmap para os projetos estruturantes, estabelecendo parcerias e calendarizando ações estratégicas;
 - Apoio à mobilização de investimentos e parcerias, facilitando a articulação entre entidades públicas e privadas;
 - Implementação de um sistema de monitorização, garantindo uma avaliação contínua do progresso e do impacto das ações implementadas;
 - Evento de lançamento do projeto (23 de julho de 2024, Beja), com participação de entidades-chave regionais;
 - Sessões de trabalho com Stakeholders e grupos de interesse, para recolha de informação sobre projetos âncora e formação de Grupos de Trabalho.

- **INCUBAÇÃO FÍSICA - O IMPACTO DA EMPRESA HYLAB**

- o O Sines Tecnopolo recebeu um projeto de grande relevância na sua incubadora: o HyLab (Hydrogen Laboratory), um projeto colaborativo com foco na produção de hidrogénio verde. A instalação do HyLab no Sines Tecnopolo representa um passo significativo para o futuro da produção de hidrogénio verde em Portugal. O HyLab pretende ocupar uma parcela significativa do espaço disponível: edifício II e 8 laboratórios, impulsionando uma atividade inédita no local como a produção e transferência de energia verde, consolidando o Sines Tecnopolo como um polo de inovação e de desenvolvimento de tecnologias limpas. O projeto visa desenvolver tecnologias inovadoras que contribuam para a transição energética global e para a descarbonização da economia. A presença do HyLab atrai

investimentos, gera empregos qualificados e fomenta a colaboração entre empresas, universidades e centros de pesquisa, promovendo um ambiente de inovação e de crescimento.

- Atividades Realizadas
 - Elaboração de 6 contratos de ocupação de espaços no Sines Tecnopolo;
 - Criação de 28 postos de trabalho diretos;
 - Restauração do interior das instalações ocupadas.
- SINES TECNOPOLO B2B
 - O projeto visa a capacitação da organização interna do Sines Tecnopolo e o lançamento de um novo programa de ignição focado na captação de novas ideias de negócio B2B (Business to Business). A modernização será realizada por meio da digitalização dos processos administrativos e da criação de um programa para atrair pelo menos 10 novas startups.
 - Atividades Realizadas
 - Digitalização e modernização dos processos internos.
- PORTUGAL DE A A Z: ALFABETIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL
 - O Projeto Portugal de A a Z: Alfabetização e Integração Sociocultural tem como área de influência o Alentejo Litoral, mais concretamente os municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira. Tendo como público-alvo pessoas migrantes, com idade igual ou superior a 16 anos, incluindo as pessoas requerentes e beneficiários de proteção internacional e proteção temporária, cuja língua materna não é a língua portuguesa e/ou que não detenham competências básicas, intermédias ou avançadas em língua portuguesa, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECL). O Sines Tecnopolo prevê desenvolver 5 percursos A1, 4 percursos A2, 2 percursos B1 e 2 B2, de forma a abranger um total de 208 formandos.
 - Atividades Realizadas
 - Elaboração e submissão da candidatura;
 - Aprovação da candidatura;
 - Termo de aceitação;
 - Divulgação do Projeto;
 - Início da Execução do Projeto;
 - Início da primeira ação de formação, com a participação de 19

formandos.

- **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - NACIONAIS E INTERNACIONAIS**
 - o AWS – Amazon Web Services
 - O Sines Tecnopolo integra a rede de parceiros da AWS - Amazon Web Services, no sentido de fortalecer a transição digital e o aprofundamento dos modelos de negócio das start-ups/empresas instaladas no Sines Tecnopolo.
 - o TecParques
 - Participação ativa na Associação.
 - o Grupo de Trabalho - Orientação Profissional Jovens
 - Planeamento da Mostra Informa.
 - Participação nas diversas reuniões de planeamento.
 - Organização da mostra InForma.
 - Avaliação da Mostra InForma.
- **COMSINES - CONSELHO DAS COMUNIDADES DE SINES**
 - o O Sines Tecnopolo participa ativamente na COMSINES, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Complexo Portuário, Industrial e Logístico de Sines através de vários Grupos de Trabalho (GT). No GT Património e Cultura, colabora em iniciativas como a Receção à Comunidade Educativa e o projeto Conhecer para Proteger, que divulga o património industrial. No GT Competitividade, Logística e Transportes, promove sinergias para aumentar a eficiência e internacionalização das empresas. No GT Prevenção e Segurança, participa na identificação de riscos e melhoria dos planos de emergência. No GT Saúde e Ambiente, reforça o compromisso ambiental, promovendo práticas sustentáveis. Por fim, no GT Comunicação, contribui para a divulgação das atividades da COMSINES, fomentando a convivência equilibrada entre indústria, cultura e meio ambiente.
- **COMUNICAÇÃO E MARKETING**
 - o Gestão da comunicação institucional.
 - o Gestão da comunicação de todas as atividades, eventos, projetos e serviços.
 - o Definição e produção de design gráfico de todos os elementos de comunicação institucionais, comerciais, operacionais e internos.
 - o Gestão de conteúdos e manutenção de website do Sines Tecnopolo.
 - o Gestão de redes sociais.
 - o Gestão e produção de eventos.

- o Gestão logística de participação em eventos.
 - o Campanha de divulgação de residente da semana.
 - o Comunicação nas redes sociais de comemoração de dias específicos relacionados com a atividades do Sines Tecnopolo.
 - o Trabalhos para clientes externos:
 - Gestão de conteúdos e manutenção do site da COMSINES.
- CERTIFICAÇÕES
 - o REPSOL
 - Comunicação de Realização das ações de formação.
 - Envio de listagens de formandos certificados.
 - Elaboração e envio de relatório anual.
 - Renovação da certificação.
 - Auditoria de renovação.
 - o IEP – Instituto Eletrotécnico Português
 - Comunicação de realização das ações de formação.
 - Envio de relatórios da formação.
 - Elaboração e envio de indicadores Físicos da Formação Básica em Segurança.
 - Renovação de Certificação.
 - Auditoria de Renovação.
 - o IAPMEI
 - Renovação da certificação Startup Visa.

ASSOCIAÇÃO PRÓ ARTES DE SINES

ANÁLISE FINANCEIRA



TABELA 2 - DADOS FINANCEIROS - PRÓ ARTES

(unidade: €)

Dados anuais	2024	2023	Variação	
			(€)	(%)
Capital Social	138.943	138.943	0	0,00%
Total do ativo	188.373	395.315	-206.942	-52,35%
Capital próprio	-188.376	-188.464	88	0,05%
Resultado líquido do período	88	31.654	-31.566	-99,72%
Passivo total	376.749	583.779	-207.030	-35,46%
Passivo não corrente	40.000	210.000	-170.000	-80,95%
Financiamentos obtidos	40.000	210.000	-170.000	-80,95%
Passivo corrente	336.749	373.779	-37.030	-9,91%
Financiamentos obtidos	0	0	0	
Fornecedores/Outros credores CP	206.149	229.179	-23.030	-10,05%
Acréscimos e diferimentos	130.600	144.600	-14.000	-9,68%
Total de rendimentos e ganhos	724.297	711.201	13.096	1,84%
Volume de negócios	724.297	711.156	13.141	1,85%
Prestação de Serviços	50.303	179.912	-129.609	-72,04%
Subsídios à exploração	673.994	531.244	142.749	26,87%
Total de gastos e perdas	724.209	679.547	44.662	6,57%
EBITDA	3.120	35.471	-32.350	-91,20%
Gastos com o pessoal	619.490	579.560	39.930	6,89%
Nº empregados	33	31	2	6,45%

A Associação Pró Artes de Sines apresenta um valor de ativo de 188 mil euros, um passivo de 377 mil euros e um capital próprio de -188 mil euros. No ano de 2024 apresentou um resultado líquido do período de 88 euros, o que representa um decréscimo de 100% face a 2023.

O ativo da associação decresceu 207 mil euros (-52%) e o passivo 207 mil euros (-35%).

SINTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A Associação Pró Artes de Sines é uma associação de direito privado, dotada de personalidade jurídica e sem fins lucrativos. Com sede na Avenida General Humberto Delgado, Antiga Estação dos Caminhos-de-ferro, 7520-105 Sines, foi constituída, por escritura pública de 30 de setembro de 2008.

A Associação tem como objetivo principal o ensino especializado, aprendizagem, promoção e divulgação da música, da dança e demais atividades artísticas e da rede do ensino particular e cooperativo, através da implementação, concretização de cursos de iniciação, cursos básicos e secundários, em regime articulado e supletivo, bem como em regime livre, nas respetivas áreas do ensino artístico.

Tem ainda como objeto social o desenvolvimento de ações necessárias ao sistema educativo e pedagógico, promoção da integração socioprofissional dos educandos, formação técnica e/ou profissional, bem como, a promoção da educação artística e cultural em regimes/cursos livres.

Através dos protocolos de colaboração com os agrupamentos escolares de Sines, Santiago do Cacém, Colos, Odemira e o Colégio Nossa Senhora da Graça - Milfontes, a Escola das Artes do Alentejo Litoral garante o ensino artístico especializado da música em várias das suas escolas, confirmando-se como um projeto de âmbito sub-regional. A Escola é o único conservatório do Alentejo Litoral, contando já com um corpo docente estável, qualificado e experiente, promovendo e incentivando a celebração de protocolos com outras instituições e agentes culturais e educativos. O Serviço de Música da Escola das Artes do Alentejo Litoral, preenche um espaço cultural e educativo na cidade de Sines e na região do Alentejo ao oferecer a possibilidade da aprendizagem especializada da música nas áreas dos estudos eruditos, conferindo certificado, reconhecidos através de diploma do estabelecimento de ensino Escola das Artes do Alentejo Litoral.

Dada a atual conjuntura de financiamento, o crescimento previsto para as vias de ensino de dupla certificação ficou condicionado pelos respetivos contratos de patrocínio. Pelo mesmo motivo condicionaram-se também os cursos em regime livre.

A estratégia de desenvolvimento dos vários programas e operações, integrada na gestão estratégica da Associação Pro Artes de Sines, em articulação com a política educativa e cultural local e nacional, corresponde à organização dos meios e instrumentos disponíveis, e à concertação com parceiros estratégicos de modo a que se atinjam os objetivos gerais.

Nas últimas décadas, Portugal desenvolveu-se no quadro do sistema educativo e dos equipamentos culturais. As transformações na educação e na cultura têm refletido uma estratégia de inclusão e alargamento da população escolar nos diversos níveis de ensino, generalizando o acesso à educação e à criação artística. Encontra-se hoje, nas escolas, nas associações locais, nos espaços de cultura, autarquias e organizações não governamentais, a presença de programas estruturados e, sobretudo, de projetos que revelam um crescimento da consciência da importância das artes no desenvolvimento humano, quer enquanto objeto de aprendizagem, quer enquanto instrumento potenciador de outras aprendizagens.

Considerando a qualidade das situações de aprendizagem como indissociável das situações de organização e funcionamento, a entidade gestora procura garantir equipamentos de qualidade adequados ao funcionamento das atividades artísticas, procurando igualmente garantir a máxima qualidade ao nível dos recursos humanos.

A Associação atua em contexto educativo como em contexto cultural, potenciando a qualificação e o desenvolvimento artístico e humano do cidadão. É um agente importante na dinamização cultural da costa alentejana com reflexos muito positivos seja na economia local seja no âmbito do desenvolvimento do capital humano.

Consideramos as artes indispensáveis ao desenvolvimento global do ser humano, promovendo-as ao longo da vida, acompanhando os vários percursos de crianças e adultos, numa perspetiva intergeracional, contribuindo para a construção da sua identidade pessoal e social, assimilando o valor e o respeito pela música e estilos musicais diversos, promovendo o entendimento das tradições de outras culturas.

A intervenção formativa e cultural da APAS/ EAAL distribuiu-se, em 2019, por áreas (educação e cultura) onde se cruzam as autarquias, os agrupamentos de escolas, os ministérios e valências locais:

- o Atividades financiadas pelo Ministério da Educação;
- o Atividades financiadas pela Câmara Municipal de Sines;
- o Atividades financiadas pela Câmara Municipal de Odemira;
- o Atividades autónomas enquanto agente educativo e cultural;

No ano transato, tanto as atividades financiadas pela Câmara Municipal de Sines, pela Câmara Municipal de Odemira, como as financiadas pelo Ministério da Educação, e, como as atividades autónomas da própria associação revestiram-se de um carácter diferenciado, abrangendo diferentes projetos.

As atividades do ano de 2024 evidenciam no seu resultado o trabalho realizado pelos alunos e pelos professores da EAAL. Os objetivos propostos para um projeto integrado de educação, cultura, desenvolvimento económico e social, no sentido da valorização da cidade de Sines e do Alentejo Litoral como espaço vivido de pensamento e ação, de preservação do património e transformação da paisagem cultural, potenciadora de novas capacidades humanas e valorizadora do que já faz a diferença na região ficaram um pouco aquém do que é normalmente a nossa atividade.

A Escola proporciona não só saídas profissionais e de certificação, permitindo escolhas mais livres de projetos de vida, mas contribui para um tecido social em que a arte, a música e a cultura em todas as suas dimensões são assumidas como parte integrante e fundamental do desenvolvimento de todos e de cada um.

Desta forma consideramos que no ano 2024:

- Foram cumpridos com êxito os objetivos do Protocolo entre a APAS e a Câmara Municipal de Sines, entre a APAS e a Câmara Municipal de Odemira e entre a APAS e o Ministério da Educação;
- Garantiu-se a continuidade dos projetos estruturais;
- Deu-se seguimento ao projeto de “Escola Regional”;
- Contribuiu-se para um melhoramento da performance cultural do concelho, com o objetivo de:
 - o Contribuir para a produção de conhecimento;
 - o Fomentar a responsabilidade social;
 - o Sensibilizar para as vias profissionais e de formação no sector cultural e artístico;
- Para a prossecução da nossa missão e para a concretização deste Plano de Atividades, considerámos fundamental uma gestão de recursos humanos assente na lógica de:
 - o Reforço de competências nas Estruturas Intermédias da Escola.
 - o Ajustar o perfil dos recursos humanos às necessidades e exigências da missão;
 - o Desenvolver, reorganizar e/ ou automatizar processos de gestão e de comunicação interna e externa, com o reforço da utilização das tecnologias de informação e comunicação;

Durante o ano de 2024 foram desenvolvidos um conjunto de projetos, dos quais se destacam:

- Orquestras do Alentejo Litoral
 - o Como síntese dos vários projetos da associação, e atuando de forma complementar e sinérgica entre eles, realça-se o trabalho desenvolvido nas Orquestras do Alentejo Litoral. As Orquestras partem de um universo de cinco núcleos de desenvolvimento, Escola Básica Vasco da Gama, Escola Básica Damião de Odemira, Escola Básica Aviador Brito Paes, Escola Básica Frei André da Veiga, Colégio Nossa Senhora da Graça, antigos alunos, e dos utilizadores das oficinas da Escola das Artes do Alentejo Litoral. Com jovens e adultos das várias localidades desta região, estimulam a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões, promovendo uma maior circulação de obras e bens culturais de qualidade, assegurando a defesa e a promoção da cultura portuguesa. Em movimento estão a Orquestra Sinfónica (Locomotiva), Orquestra de Sopros, Orquestra de Cordas A e B, Orquestra de Violoncelos e Orquestra de Guitarras (Comboio Ascendente) constituindo-se como projetos de intervenção sociocultural significando um maior capital social e cultural. As Orquestras do Alentejo Litoral junta um total de 63 alunos
 - o Este projeto aparece, pela primeira vez, no ano letivo de 2010/2011 com a Locomotiva.
 - o O objetivo primordial desta atividade foi a oferta desta modalidade de frequência do ensino especializado da música, numa localidade e numa sub-região que se encontrava fora deste circuito.
 - o O carácter eminentemente social desta atividade fez com que este tipo de ensino se alargasse para fora da localidade de Sines abrangendo o Alentejo Litoral, nomeadamente os Concelhos de Sines, Santiago do Cacem e Odemira.
- Locomotiva - Orquestra Sinfónica do Alentejo Litoral
 - o A Orquestra Locomotiva é um vulcão em erupção. Porque esta Locomotiva é toda a Escola em movimento: é a grande orquestra que reúne jovens de todas as idades e de todas as extensões da Escola das Artes desde o seu início em 2010. Toca calorosamente a música dos grandes clássicos, mas também composições originais de compositores portugueses, especialmente concebidas para esta orquestra. A força da Locomotiva resulta do estudo, da energia e do empenho de professores e alunos de Sines, Santiago do Cacem,

Aldeia de Santo André, Boavista dos Pinheiros, Longueira - Almogrove, Odemira, São Luis, São Teotónio, Colos e Relíquias. E o literal alentejano unido numa orquestra sinfónica de formação original, integrando todos os instrumentos disponíveis na escola. Pouca-terra, pouca-terra... e muito mar!

- Orquestra de Sopros do Alentejo Litoral
 - o Os grupos que geralmente integram este tipo de instrumentos são geralmente associados às bandas filarmónicas ou às chamadas big-band no jazz. Mais perto daquilo que por vezes se classifica como *concert band*, a Orquestra de Sopros pratica um repertório apelativo e comunicativo, baseado em arranjos de músicas pop/rock, bandas sonoras ou temas de jazz. A Orquestra reúne músicos de todas as extensões da Escola das Artes do Alentejo Litoral. Para além de todos os sopros (madeiras e metais), esta contagiante orquestra também conta com a participação de percussões.
- Orquestra de Cordas do Alentejo Litoral
 - o Esta orquestra é uma das principais formações de conjunto da Escola, com alunos de violino, viola, violoncelo e contrabaixo de toda a região. Esta Orquestra de Cordas é uma experiência única que tem dado bons frutos, como se pode ver e ouvir nos concertos onde se percorre séculos de história através da música. Porque a orquestra mudou com os tempos e foi desenvolvendo novas capacidades de expressão, do século XVII ao século XXI. O que se propõe é, portanto, uma viagem musical vibrante com as cordas. E esta orquestra - a primeira com estas características na região - também está a ajudar a mudar o literal alentejano. Para que os alunos possam ir sendo introduzidos na Orquestra Sinfónica, e de forma a incorporar os alunos mais jovens, foi criada em 2016 a Orquestra de Cordas B.
- Ensemble Supletivo/Secundário
 - o Desde 2023 decidimos criar um Ensemble de alunos que frequentam o ensino secundário. Não só de forma a complementar o seu percurso mas também para prepará-los para mais apresentações.
- Combo Pop/Rock
 - o No ano de 2022 iniciou-se um Combo Pop/Rock de forma a introduzir os alunos a estilos de música diferente, tendo em consideração que o Ensino artístico é, maioritariamente, baseado na música erudita.
- Ensino Articulado
 - o Integrados em turmas específicas, os alunos têm a formação vocacional

numa escola de música e a formação geral numa escola de ensino regular. A articulação entre as duas escolas prevê a construção conjunta de horários, a inclusão dos professores dos dois estabelecimentos no conselho de turma e o lançamento das classificações dos alunos na mesma pauta.

- o O ensino no 2º e 3º ciclo desdobra-se em três áreas de formação:
 - Formação Geral - inclui as disciplinas comuns;
 - Formação vocacional - desenvolve os conhecimentos específicos na área da música;
 - Áreas curriculares não disciplinares -Abrangem a Formação Cívica;
- o Nesta modalidade de ensino os alunos beneficiam da redução de horário na componente de formação geral.
- o Este projeto aparece, pela primeira vez, no ano letivo de 2008/2009. O objetivo primordial desta atividade foi a oferta desta modalidade de frequência do ensino especializado da música, numa localidade e numa sub-região que se encontrava fora deste circuito.
- o O carácter eminentemente social desta atividade fez com que este tipo de ensino se alargasse para fora da localidade de Sines abrangendo o Alentejo Litoral, nomeadamente os Concelhos de Sines, Santiago do Cacem e Odemira.
- Ensino Supletivo
 - o Os alunos frequentam as disciplinas do ensino artístico especializado numa escola de Música, seguindo os currículos dos cursos do ensino básico, num estabelecimento do ensino regular. Não havendo articulação entre as duas escolas, os estudantes não beneficiam da redução de horário na componente de formação geral, nem da articulação na construção de horários. Neste caso, o desfazamento entre o ano de escolaridade e o grau de música frequentados não pode ser superior a dois.
 - o Em setembro de 2017, inicia-se o ensino secundário, com os alunos que frequentavam o 5º grau do ensino Supletivo.
 - o O secundário é lecionado em regime de supletivo.
 - o Este projeto aparece, pela primeira vez, no ano letivo de 2008/2009. O objetivo primordial desta atividade foi a oferta desta modalidade de frequência do ensino especializado da música, numa localidade e numa sub-região que se encontrava fora deste circuito.

- Cursos de iniciação
 - o A formação começa com as iniciações, que podem integrar as componentes de Formação Musical, Classe de Conjunto e instrumento. Destinado aos alunos que frequentam o 1º Círculo de escolaridade obrigatória, o curso de iniciação conta já com um plano de estudos composto por disciplinas teóricas e práticas, a solo e em conjunto. Trata-se de uma primeira aproximação à música onde o aluno deve já optar pela escolha do seu instrumento. A componente artística envolvendo as disciplinas de Formação Musical, Instrumento e Classe de Conjunto, será lecionada na componente do currículo referente às áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória, especificamente na área das expressões e no domínio da educação musical, por um docente especializado do ensino artístico da música. De acordo com os objetivos gerais do ensino básico, trata-se de uma formação que abrange todos os indivíduos, na medida em que não estabelece vias diferenciadas, considerando que todos têm um potencial musical que se pode desenvolver, detetando e estimulando, paralelamente, aptidões nesses domínios.
 - o Este projeto aparece, pela primeira vez, no ano letivo de 2008/2009. O objetivo primordial desta atividade foi a oferta desta modalidade de frequência do ensino especializado da música, numa localidade e numa sub-região que se encontrava fora deste circuito. O carácter desta modalidade de funcionamento fez com que a oferta se concentrasse sobretudo em Sines.
- Regime Livre
 - o O regime de frequência livre da Escola das Artes aparece pela primeira vez em 25 de Abril de 2008, quando, ainda como uma escola municipal, a população em geral passa a ter acesso ao ensino especializado da música, erudita e popular, a um custo bastante acessível para os seus utilizadores. Com a candidatura ao Programa Operacional Regional Alentejo - Coesão Local e Urbana promovida pela Câmara Municipal de Sines, e com a operação "Sensibilização para as Artes" permitiu-se que durante cerca de três anos pessoas de todas as idades pudessem usufruir de uma série de oficinas com os mais variados conteúdos de forma gratuita. Com o final desse programa (Julho, 2014) manteve-se a operação, centrada nas oficinas de instrumento, ensembles, e na musicoterapia.

- Oficinas de Sensibiliza ao para as Artes
 - o A operação "Sensibilização para as Artes", enquadra-se na família das artes do espetáculo e integra-se na área da educação e cultura. Trata-se de uma operação de dinamização sociocultural que visa a criação de condições para a generalização do acesso da população a componentes do saber-fazer prático ou processual e assegurar o acesso dos cidadãos a meios e instrumentos de ação cultural, estimular a criação individual e coletiva, promover e salvaguardar a valorização do património cultural, a criatividade, a imaginação e a capacidade de adaptação inerentes à educação artística.
 - o Foi criada a disciplina "Lê-me uma partitura" que é para todos os pais e EE dos alunos da EAAL, bem como qualquer adulto, que queira aprender as bases da Formação Musical e de Coro.
 - o Este projeto aparece, pela primeira vez, no ano letivo de 2011/2012. O objetivo primordial desta atividade foi a oferta desta modalidade de frequência do ensino especializado da música, numa localidade e numa sub-região que se encontrava fora deste circuito, de forma gratuita. O carácter desta modalidade de funcionamento fez com que a oferta se concentrasse sobretudo em Sines.

ANÁLISE PATRIMONIAL

ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO – ATIVO

TABELA 3 - BALANÇO CONSOLIDADO – ATIVO

RUBRICAS	2024	2023	Δ 2024/2023 %	Δ 2024/2023 €
Ativo não corrente	167.921.631	174.239.469	-3,63%	-6.317.838
Ativos fixos tangíveis	149.884.200	156.118.107	-3,99%	-6.233.907
Propriedades de investimento	17.481.653	17.484.100	-0,01%	-2.447
Ativos intangíveis	73.663	158.040	-53,39%	-84.378
Investimentos Participações financeiras	465.234	462.441	0,60%	2.793
Outros ativos financeiros	16.881	16.781	0,60%	100
Ativo corrente	13.006.835	11.652.496	11,62%	1.354.338
Inventários	177.619	139.682	27,16%	37.937
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	988.715	2.293.598	-56,89%	-1.304.882
Clientes, contribuintes e utentes	809.484	852.075	-5,00%	-42.591
Estado e outros entes públicos	759.594	568.322	33,66%	191.272
Acionistas/sócios/associados	5.083	5.083	0,00%	0
Outras contas a receber	4.313.292	3.738.274	15,38%	575.017
Diferimentos	31.502	70.462	-55,29%	-38.959
Outros ativos financeiros	0	104	-100,00%	-104
Caixa e depósitos	5.921.545	3.984.898	48,60%	1.936.648
Total do ativo	180.928.466	185.891.966	-2,67%	-4.963.500

O ativo total do grupo municipal no final de 2024 era de 181 milhões de euros, registando uma diminuição de 5 milhões de euros (-3%) face a 2023.

O valor do ativo não corrente de 168 milhões de euros, apresenta uma redução de 6,3 milhões de euros (-4%), enquanto que no ativo corrente verifica-se um incremento de 1,4 milhões de euros (12%).

ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO – PASSIVO

TABELA 4 - BALANÇO CONSOLIDADO – PASSIVO

RUBRICAS	2024	2023	Δ 2024/2023 %	Δ 2024/2023 €
Passivo não corrente	11.098.186	14.260.490	-22,18%	-3.162.304
Provisões	3.681.249	3.681.249	0,00%	0
Financiamentos obtidos	6.491.911	7.663.963	-15,29%	-1.172.052
Diferimentos	0	2.090.758	-100,00%	-2.090.758
Outras contas a pagar	925.026	824.521	12,19%	100.506
Passivo corrente	12.819.569	13.252.257	-3,27%	-432.688
Credores por transf. e subsídios não reembolsáveis concedidos	45.239	38.079	18,80%	7.160
Fornecedores	1.292.841	771.629	67,55%	521.212
Estado e outros entes públicos	345.840	429.540	-19,49%	-83.699
Financiamentos obtidos	1.373.047	1.269.405	8,16%	103.642
Fornecedores de investimentos	493.104	344.661	43,07%	148.443
Outras contas a pagar	1.993.945	1.973.560	1,03%	20.385
Diferimentos	7.275.553	8.425.384	-13,65%	-1.149.831
Total do Passivo	23.917.755	27.512.747	-13,07%	-3.594.993

O passivo total do grupo municipal apresenta uma diminuição de 3,6 milhões de euros (-13%), cifrando-se em 23,9 milhões de euros.

Esta diminuição resulta essencialmente dos diferimentos (-3,2 milhões de euros), ou seja, aos valores recebidos de participações de projetos candidatados a fundos comunitários que ainda se encontravam em execução no final do exercício, assim como, do desconhecimento do contrato de concessão com a E-Redes efetuado pelo Município de Sines.

Devido ao referido no parágrafo antecedente, o passivo não corrente registou um valor no final do ano de 11,1 milhões de euros e o passivo corrente de 12,8 milhões de euros.

De salientar ainda a redução verificada nos financiamentos obtidos do grupo municipal (-1,1 milhões de euros).

ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

TABELA 5 - BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2023	Δ 2024/2023 %	Δ 2024/2023 €
Património/Capital	31.142.330	31.142.330	0,00%	0
Reservas	37.422.410	37.444.127	-0,06%	-21.716
Resultados transitados	55.367.765	54.599.603	1,41%	768.162
Ajustamentos em ativos financeiros	107.861	106.522	1,26%	1.339
Excedentes de revalorização	936.605	960.494	-2,49%	-23.888
Outras variações no património líquido	32.710.719	32.942.900	-0,70%	-232.181
Resultado líquido do período	-1.056.284	818.523	-229,05%	-1.874.808
Interesses que não controlam	379.303	364.719	4,00%	14.584
Total do Património Líquido	157.010.711	158.379.218	-0,86%	-1.368.507

Os fundos próprios consolidados no final do exercício de 2024 ascendiam a 157 milhões de euros. Este valor representa uma diminuição de 1,4 milhões de euros comparativamente ao período homólogo, e advém essencialmente do resultado líquido do período.

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – GASTOS

Os gastos totais aumentaram 4% face ao período homólogo, o que significa um acréscimo nominal de 1,3 milhões de euros. Os principais incrementos verificaram-se nos fornecimentos e serviços externos em 1,3 milhões de euros (16%), no custo das mercadorias e matérias consumidas em 577 mil euros (40%), nos gastos com pessoal em 417 mil euros (3%) e nas transferências e subsídios concedidos em 193 mil euros (9%).

As provisões diminuíram 1 milhão de euros (-100%) e os gastos de depreciação e amortização em 243 mil euros (-5%).

TABELA 6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – GASTOS

RUBRICAS	2024	2023	Δ 2024/2023 %	Δ 2024/2023 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.033.238	1.455.774	39,67%	577.464
Fornecimentos e serviços externos	9.683.665	8.362.995	15,79%	1.320.670
Gastos com pessoal	13.046.807	12.629.424	3,30%	417.383
Transferências e subsídios concedidos	2.460.550	2.267.488	8,51%	193.061
Imparidade de inventários e ativos biológicos	810	2.991	-72,93%	-2.181
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	73.001	126.834	-42,44%	-53.832
Provisões (aumentos)	0	1.007.289	-100,00%	-1.007.289
Outros gastos e perdas	827.087	727.548	13,68%	99.539
Gastos/reversões de depreciação e amortização	4.553.281	4.796.008	-5,06%	-242.726
Juros e gastos similares suportados	297.863	306.972	-2,97%	-9.109
Total dos Gastos	32.976.302	31.683.322	4,08%	1.292.980

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – RENDIMENTOS

Os rendimentos diminuíram 581 mil euros (-2%), derivado essencialmente ao decréscimo dos impostos, contribuições e taxas de 1,3 milhões de euros (-11%), dos outros rendimentos e ganhos de 485 mil euros (-13%) e das prestações de serviços e concessões de 170 mil euros (-4%).

Por sua vez, verifica-se um acréscimo de 744 mil euros (8%) nas transferências e subsídios correntes obtidos, de 491 mil euros nas vendas (13%) e de 44 mil euros nas provisões.

TABELA 7 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – RENDIMENTOS

RUBRICAS	2024	2023	Δ 2024/2023 %	Δ 2024/2023 €
Impostos, contribuições e taxas	10.612.745	11.890.210	-10,74%	-1.277.465
Vendas	4.402.436	3.911.495	12,55%	490.941
Prestações de serviços e concessões	3.875.814	4.045.404	-4,19%	-169.591
Transferências e subsídios correntes obtidos	9.761.920	9.017.708	8,25%	744.213
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas	43.783	25.124	74,27%	18.659
Imparidade de inventários e ativos biológicos	43.636	1.374	3075,46%	42.262
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	-14.294	-100,00%	14.294
Provisões (reduções)	43.636			43.636
Outros rendimentos e ganhos	3.136.018	3.620.815	-13,39%	-484.797
Juros e rendimentos similares obtidos	30	4.010	-99,25%	-3.980
Total dos Rendimentos	31.920.018	32.501.845	-1,79%	-581.828

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – RESULTADOS

Os resultados líquidos do período cifraram-se em -1,1 milhões de euros, o que significa uma diminuição de 1,9 milhões de euros (-229%) face a 2023.

TABELA 8 - RESULTADOS

RUBRICAS	2024	2023	Δ 2024/2023 %	Δ 2024/2023 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3.794.830	5.917.492	-35,87%	-2.122.662
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-758.451	1.121.485	-167,63%	-1.879.936
Resultado líquido do período consolidado	-1.056.284	818.523	-229,05%	-1.874.808
Resultado líquido do período atribuível à entidade-mãe	-1.075.635	788.279	-236,45%	-1.863.914
Interesses que não controlam	19.351	30.244	-36,02%	-10.893

ENDIVIDAMENTO DO GRUPO MUNICIPAL

TABELA 9 - ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO – 2024

Descrição	2024	2023	Δ 2024/2023
Dívida não corrente	6.491.910,56	7.663.962,79	-1.172.052,23
Financiamentos obtidos	6.491.910,56	7.663.962,79	-1.172.052,23
Dívida corrente	3.778.719,06	3.152.572,07	626.146,99
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	45.239,06	38.079,26	7.159,80
Fornecedores	1.292.840,85	771.628,54	521.212,31
Estado e outros entes públicos (sem operações não orçamentais)	345.829,48	429.390,22	-83.560,74
Financiamentos obtidos	1.373.047,03	1.269.405,33	103.641,70
Fornecedores de investimentos	493.103,67	344.660,58	148.443,09
Outras contas a pagar (sem operações não orçamentais)	228.658,97	299.408,14	-70.749,17
Total Geral	10.270.629,62	10.816.534,86	-545.905,24

O grupo municipal apresenta um endividamento consolidado de 10,3 milhões de euros. Este montante compara com os 10,8 milhões de euros registados em 2023, o que revela uma diminuição de 546 mil euros.

O Município de Sines apresenta uma diminuição no endividamento de 206 mil euros, enquanto que as participadas apresentam uma diminuição de 359 mil euros, dos quais, 166 mil euros é no endividamento do Sines Tecnopolo e 193 mil da Associação Pró Artes.

Em termos relativos, o Município contribui para o endividamento global com 77%, o Sines Tecnopolo com 21% e a Pró-Artes com 2%.

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

	2024	2023	Δ 2024/2023
Município de Sines	7.924.387,77	8.129.958,39	-205.570,62
Sines Tecnopolo	2.101.575,84	2.267.435,63	-165.859,79
Pró Artes	246.148,98	439.178,99	-193.030,01
Operações intra-grupo	-1.482,97	-20.038,15	18.555,18
Total	10.270.629,62	10.816.534,86	-545.905,24

INDICADORES DE GESTÃO

O cálculo de rácios económicos é a técnica mais utilizada pela análise financeira, e consiste em estabelecer relações, ou rácios, entre contas e agrupamentos de contas do balanço e da demonstração de resultados. Estas relações são um instrumento de apoio para avaliar o desempenho económico e financeiro das entidades. Desta forma, foram calculados diversos rácios, dos quais se destacam:

TABELA 11 - INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Dimensão	Indicador	Forma de cálculo	2024	2023
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP)	101,46%	87,93%
	Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventários)/Passivo Corrente	100,08%	86,87%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	46,19%	30,07%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	-3,57%	5,65%
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	-0,62%	0,52%
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	-0,37%	0,60%
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	86,78%	85,20%
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	656,46%	575,66%
	Endividamento	Passivo/Ativo	13,22%	14,80%

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, e por aplicação do método de consolidação integral, cada entidade contribui com os valores que constam nas suas demonstrações financeiras individuais.

Naturalmente, o Município de Sines é o que maior peso relativo tem nos dados consolidados.

Relativamente ao ativo, o Município de Sines contribui com 97%, o Sines Tecnopolo com 3% e a contribuição da Pró Artes é meramente residual.

No que se refere ao passivo, a entidade consolidante representa 89% do total, o Sines Tecnopolo 9% e a Pró Artes 2%.

Quanto ao endividamento, e apesar do município contribuir com 89% no total do passivo, só contribui com 77% para esta rubrica, enquanto que o Sines Tecnopolo contribui com 21% e a Pró Artes com 2%.

Na estrutura de rendimentos, o Município de Sines representa 95%, o Sines Tecnopolo com 3% e a Pró Artes com 2%.

Nos gastos com pessoal, o Município de Sines representa 92%, o Sines Tecnopolo 3% e a Pró Artes 5%.

TABELA 12 - COMPARTICIPAÇÃO DE CADA ENTIDADE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Município de Sines	Sines Tecnopolo	Pró Artes
Ativo	97,35%	2,55%	0,10%
Passivo	89,68%	8,75%	1,57%
Endividamento	77,14%	20,46%	2,40%
Total de Rendimentos	94,62%	3,15%	2,24%
Total de Gastos	95,13%	2,69%	2,18%
Gastos com o pessoal	92,16%	3,09%	4,75%



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Sines

Balanço consolidado

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	149.884.200,01	156.118.106,67
Propriedades de investimento	8	17.481.653,39	17.484.100,19
Ativos intangíveis	3	73.662,58	158.040,16
Ativos biológicos			
Investimentos Participações financeiras	18	465.233,51	462.440,74
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros		16.881,36	16.781,36
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		167.921.630,85	174.239.469,12
Ativo corrente			
Inventários	9/10	177.619,07	139.681,80
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1	988.715,46	2.293.597,74
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9/18	809.483,98	852.074,55
Estado e outros entes públicos	18	759.593,78	568.321,77
Acionistas/sócios/associados		5.083,00	5.083,00
Outras contas a receber	18.1	4.313.291,76	3.738.274,44
Diferimentos	18.1	31.502,41	70.461,88
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros	18.1		103,50
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.3	5.921.545,29	3.984.897,75
		13.006.834,75	11.652.496,43
Total do ativo		180.928.465,60	185.891.965,55
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital		31.142.330,36	31.142.330,36
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas		37.422.410,40	37.444.126,83
Resultados transitados		55.367.764,99	54.599.602,73
Ajustamentos em ativos financeiros		107.861,18	106.522,06
Excedentes de revalorização		936.605,13	960.493,57
Outras variações no patrimônio líquido		32.710.719,45	32.942.900,12
Resultado líquido do período		-1.056.284,18	818.523,33
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam		379.303,49	364.719,06
Total do Patrimônio Líquido		157.010.710,82	158.379.218,06

Município de Sines

Balanço consolidado

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	3.681.248,96	3.681.248,96
Financiamentos obtidos	7/18	6.491.910,56	7.663.962,79
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			2.090.757,67
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18.2	925.026,46	824.520,93
		11.098.185,98	14.260.490,35
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2	45.239,06	38.079,26
Fornecedores	18.2	1.292.840,85	771.628,54
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18.2	345.840,20	429.539,63
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7/18	1.373.047,03	1.269.405,33
Fornecedores de investimentos	18.2	493.103,67	344.660,58
Outras contas a pagar	18.2	1.993.945,19	1.973.560,15
Diferimentos	18.2	7.275.552,80	8.425.383,65
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		12.819.568,80	13.252.257,14
Total do Passivo		23.917.754,78	27.512.747,49
Total do Património Líquido e Passivo		180.928.465,60	185.891.965,55

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADOS

Município de Sines

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	14	10.612.744,81	11.890.209,70
Vendas	13	4.402.436,25	3.911.494,83
Prestações de serviços e concessões	13	3.875.813,63	4.045.404,32
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	9.761.920,46	9.017.707,52
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	14	43.782,93	25.123,77
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-2.033.237,89	-1.455.773,86
Fornecimentos e serviços externos	20.2	-9.683.664,83	-8.362.994,86
Gastos com pessoal	20.3	-13.046.806,87	-12.629.424,34
Transferências e subsídios concedidos		-2.460.549,76	-2.267.488,29
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10	42.826,16	-1.616,61
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-73.001,40	-141.128,08
Provisões (aumentos/reduções)	15		-1.007.288,95
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		3.179.653,69	3.620.815,02
Outros gastos e perdas		-827.087,11	-727.547,68
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3.794.830,07	5.917.492,49
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-4.553.281,33	-4.796.007,78
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-758.451,26	1.121.484,71
Juros e rendimentos similares obtidos	13	30,00	4.010,48
Juros e gastos similares suportados	7	-297.862,92	-306.971,86
Resultado antes de impostos		-1.056.284,18	818.523,33
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-1.056.284,18	818.523,33
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-1.075.634,87	788.279,21
Interesses que não controlam		19.350,69	30.244,12
		-1.056.284,18	818.523,33
		-1.056.284,18	818.523,33

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Município de Sines

Demonstração consolidada das alterações no património líquido

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período (1)		31.142.330,36 €	37.444.126,83 €	54.599.602,73 €	106.522,06 €	960.493,57 €	32.942.900,12 €	818.523,33 €	158.014.499,00 €	364.719,06 €	158.379.218,06 €
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização				28.314,83 €		-28.314,83 €					
Excedentes de revalorização e respetivas variações											
Transferências e subsídios de capital							-192.920,73 €		-192.920,73 €		-192.920,73 €
Correção de erros materiais											
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			-21.716,43 €	739.847,43 €	1.339,12 €	4.426,39 €	-39.259,94 €	-818.523,33 €	-133.886,76 €	-4.766,26 €	-138.653,02 €
(2)			-21.716,43 €	768.162,26 €	1.339,12 €	-23.888,44 €	-232.180,67 €	-818.523,33 €	-326.807,49 €	-4.766,26 €	-331.573,75 €
Resultado Líquido do Período (3)								-1.056.284,18 €	-1.056.284,18 €	19.350,69 €	-1.036.933,49 €
Resultado Integral (4)=(2)+(3)								-1.874.807,51 €	-1.383.091,67 €	14.584,43 €	-1.368.507,24 €
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital/património											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
Subscrições de prémios de emissão											
(5)											
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	31.142.330,36 €	37.422.410,40 €	55.367.764,99 €	107.861,18 €	936.605,13 €	32.710.719,45 €	-1.056.284,18 €	156.631.407,33 €	379.303,49 €	157.010.710,82 €

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Município de Sines

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

RUBRICAS	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	5.687.673,66 €	5.311.252,33 €
Recebimentos de contribuintes	7.017.305,06 €	9.214.429,85 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	9.052.485,65 €	8.548.132,27 €
Recebimentos de utentes	2.727.980,99 €	2.727.935,28 €
Pagamentos a fornecedores	-10.284.933,28 €	-9.226.989,22 €
Pagamentos ao pessoal	-13.069.498,65 €	-12.452.118,68 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-2.538.250,09 €	-2.318.714,45 €
Pagamentos de prestações sociais	0,00 €	0,00 €
Caixa gerada pelas operações	-1.407.236,66 €	1.803.927,38 €
Outros recebimentos	1.128.098,77 €	415.404,35 €
Outros pagamentos	-175.585,16 €	-394.597,89 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-454.723,05 €	1.824.733,84 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-3.016.205,13 €	-7.304.342,70 €
Ativos intangíveis	-201.997,94 €	-113.101,64 €
Propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros ativos	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	3.062.703,19 €	2.611.178,66 €
Ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento	926.994,94 €	870.140,73 €
Investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros ativos	0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	2.478.562,39 €	1.850.475,69 €
Transferências de capital	551.455,84 €	456.278,86 €
Juros e rendimentos similares	0,00 €	0,00 €
Dividendos	47.597,01 €	26.371,01 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	3.849.110,30 €	-1.602.999,39 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	980.514,22 €	2.651.283,33 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos	0,00 €	0,00 €
Doações	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-2.141.212,48 €	-2.885.239,78 €
Juros e gastos similares	-297.041,45 €	-292.912,78 €
Dividendos	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-1.457.739,71 €	-526.869,23 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	1.936.647,54 €	-305.134,78 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.984.897,75 €	4.290.032,53 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.921.545,29 €	3.984.897,75 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.984.897,75 €	4.290.032,53 €
De execução orçamental	3.157.888,26 €	3.390.136,30 €
De operações de tesouraria	827.009,49 €	899.896,23 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.921.545,29 €	3.984.897,75 €
De execução orçamental	4.994.870,17 €	3.157.888,26 €
De operações de tesouraria	926.675,12 €	827.009,49 €

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

a) ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



Município de Sines – Entidade Consolidante

- Sede Social: Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines
- NIF: 502563010
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 522



SINESTECNOPOL

BIC Alentejo.

Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama

- Sede Social: Zona Industrial Ligeira 2 Lote 122-A, Sines 7520-309 SINES
- NIF: 507930452
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 15
- Participação no Capital: 84,37 %



Associação Pro Artes de Sines

- Sede Social: Av. General Humberto Delgado, Largo da Estação 7520-Sines
- NIF: 509 032 524
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 31
- Participação no Capital: 99,32%

Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S A

- Sede Social: Edifício Ciência II, número 11, 3º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo
- NIF: 504 475 606
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 42
- Participação no Capital: 0,15%

b) ENTIDADES PARTICIPADAS EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Entidade Participada	N.I.P.C.	CAE	Capital Subscrito	Parcela detida	Valor da participação
AICEP GLOBAL PARQUES - GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, SA Sede: Rua Artilharia Um 79, 7.º 1250-038 Lisboa	503580929	68321	20.186.305,00	0,65%	130.280,00
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul C.R.L. Sede: Av. D. Nuno Álvares Pereira, 2 7540-102 Santiago do Cacém	500892784	64190	69.578.365,00	0,0021%	1.435,00
Fundo de Apoio Municipal Sede: Rua Prof. Gomes Teixeira, Nº 2 6º andar 1350-265 Lisboa	513319182	84114	417.857.175,00	0,08%	328.320,00

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

As demonstrações financeiras de 2024, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

1.3 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Conta	Designação	31-12-2024	31-12-2023
111	Caixa	3.614,06 €	3.729,15 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	4.991.256,11 €	3.154.159,11 €
	Outros depósitos		
132	Depósitos consignados	0,00 €	0,00 €
133	Depósitos de garantias e cauções	926.675,12 €	827.009,49 €
TOTAL		5.921.545,29 €	3.984.897,75 €

Designação	31-12-2024	31-12-2023
- Execução orçamental	4.994.870,17 €	3.157.888,26 €
- Operações de tesouraria	926.675,12 €	827.009,49 €
Saldo da gerência	5.921.545,29 €	3.984.897,75 €

Nota 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

– Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

Dada a semelhança do normativo SNC e SNC-AP, o tratamento das operações é seguido em todas as entidades pelo que nos iremos referir apenas ao SNC-AP. As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade aplicáveis.

– Informação Comparativa

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

– Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

– Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

– **Compensação**

Devido a importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

– **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Sines, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

– **Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

– **Moeda de apresentação e notas não relevantes**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Sines ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos prédios rústicos e urbanos, que na transição para o SNC-AP, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Propriedades de investimento

Todas as propriedades de investimento foram mensuradas pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), considerando que a fórmula do VPT do Código do IMI constitui uma técnica apropriada de avaliação do justo valor.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

d) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

e) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

f) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Sines seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

g) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Sines, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

h) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à

Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis não amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

– Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

– Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

– **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que de acordo com a NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos, nomeadamente o parágrafo 20, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido ou venda estão substancialmente concluídas.

– **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

– **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

j) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município de Sines racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.3 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo Municipal, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Salientamos a continuação da situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a qual fez disparar os preços da energia e das matérias-primas, uma tendência que teve reflexos, por exemplo, nos preços dos alimentos pagos pelos consumidores.

Quer na formação de contratos para a aquisição de bens e serviços, quer na execução de contratos que já haviam sido celebrados, foram percecionados os efeitos da rápida e contínua alteração de preços e de quebras nas cadeias de abastecimento. Não sendo possível quantificar esses efeitos, importa relevar, para a mitigação dos mesmos, a robustez financeira das contas municipais.

Nota 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativos Intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador
Taxas de amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	Linha reta	Linha reta

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Rubricas		31/12/2023			31/12/2024		
		Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia Escriturada
443	Programas de computador e sistemas de informação	1.273.436,77	1.115.396,61	158.040,16	1.018.046,00	944.383,42	73.662,58
	TOTAL	1.273.436,77	1.115.396,61	158.040,16	1.018.046,00	944.383,42	73.662,58

3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas		Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
			Adições	Amortizações do período	Diminuições	
443	Programas de computador e sistemas de informação	158.040,16	138.416,17	-214.762,21	-8.031,54	73.662,58
	TOTAL	158.040,16	138.416,17	-214.762,21	-8.031,54	73.662,58

3.2A ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

Rubricas		Adições	
		Compra	Total
443	Programas de computador e sistemas de informação	138.416,17	138.416,17
	TOTAL	138.416,17	138.416,17

3.2B ATIVOS INTANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

Rubricas		Diminuições	
		Outras	Total
443	Programas de computador e sistemas de informação	-8.031,54	-8.031,54
	TOTAL	-8.031,54	-8.031,54

Nota 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Entre o Município de Sines e a EDP Distribuição – Energia, S.A. foi celebrado um contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município. Este contrato foi celebrado em 23 de julho de 2002, pelo prazo e nas condições estabelecidos no Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro. Assim, o contrato de concessão foi celebrado pelo prazo de 20 anos.

Esta concessão implicou a transferência para a EDP Distribuição, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de; concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

A situação de potencial acordo de concessão que está atualmente em análise é a seguinte:

Contrato de Concessão	Concessionário	Natureza da concessão	Período de Concessão	Valor do contrato
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão no Concelho de Sines	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Contrato de concessão de serviço público	20 Anos	2.358.671

No parágrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente

reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o Município de Sines, obteve da E-REDES os dados provisórios de 2024, os quais se resumem na tabela seguinte:

Descrição	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	11.783.850,22	7.407.142,93	4.376.707,29
Postos Transformação e Seccionamento	3.178.775,02	1.940.947,90	1.237.827,12
Redes aéreas	1.669.187,06	1.101.325,74	567.861,32
Redes subterrâneas	2.274.432,03	1.564.132,24	710.299,79
Chegadas aéreas	114.278,37	93.940,99	20.337,38
Chegadas subterrâneas	790.847,41	547.744,32	243.103,09
Contagens	1.423.565,21	1.011.327,53	412.237,68
Iluminação pública	2.332.765,12	1.147.724,21	1.185.040,91
Subsídios ao investimento	5.739.778,76	4.006.064,28	1.733.714,48
Postos Transformação e Seccionamento	1.240.153,56	825.262,50	414.891,06
Redes aéreas	594.732,91	487.909,09	106.823,82
Redes subterrâneas	1.549.584,56	1.062.783,08	486.801,48
Chegadas aéreas	74.110,43	59.481,16	14.629,27
Chegadas subterrâneas	623.503,21	423.709,35	199.793,86
Contagens	429.020,10	428.849,52	170,58
Iluminação pública	1.228.673,99	718.069,58	510.604,41
Totais	6.044.071,46	3.401.078,65	2.642.992,81

Analizada a concessão à luz da NCP 4, verifica-se que esta concessão é a do modelo de atribuição de um direito, ou seja, a de permitir, neste caso, à E-Redes explorar a distribuição de eletricidade de baixa atenção.

Este modelo, em termos simplificados, assenta na necessidade de registar no concedente (o Município) os bens da concessão, incluindo os edificados pelo concessionário, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da concessão. De referir que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, de ser pago pelo Município à concessionária (situação prevista no contrato de concessão).

No entanto, foi emitida a Orientação Técnica n.º 1 pela Comissão de Normalização Contabilística, relativa ao reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a ERedes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.), a qual conclui que considerando:

- As significativas dificuldades reportadas, por parte dos municípios, na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquelas concessões e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento / desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente, a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo quando tenham a mesma natureza e vida útil e, quando aplicável, a vida útil remanescente, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelos concessionários daqueles adquiridos pelos concedentes e já reconhecidos por estes, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis;
- Que a NCP 4 prevê a existência de situações em que o concedente adquire os ativos e os coloca à disposição do concessionário, circunstância que se verifica no caso em apreço, a par de uma renda que remunera os municípios pelo contrato de concessão;
- Que as vidas úteis apresentadas pelo concessionário são as que decorrem das estipuladas na lei por categoria e não as previstas no Classificador Complementar 2;
- Que, ao longo do contrato, os municípios utilizaram diferentes referenciais contabilísticos, criando dificuldades na identificação e confirmação dos ativos adquiridos por estes e colocados à disposição do concessionário, não os identificando claramente no cadastro apresentado;
- Que a quantia da obrigação associada a um eventual passivo financeiro poderá não ser possível de ser mensurada com suficiente fiabilidade, com a indemnização a ser determinada após o fim do prazo de concessão por uma comissão a ser constituída.

Entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento, pelo que o Município de Sines, em consonância com o preconizado pelos nossos revisores oficiais de contas, decidiu desreconhecer os valores relativos ao contrato de concessão com E-Redes.

Importa, no entanto, referir que o Município recebe, e contabiliza as verbas no âmbito de rendas de concessão, que em 2024 ascenderam a 579.285,36€ e que são tratados de acordo com a NCP13 – Rendimentos com contraprestação, tal como previsto no parágrafo 27 da NCP4.

Nota 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registrados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP os prédios rústicos e urbanos ficaram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registrados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constantes no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação	5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Rubricas	31/12/2023			31/12/2024		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	10.415.131,82	0,00	10.415.131,82	10.424.327,54	0,00	10.424.327,54
Edifícios e outras construções	3.050.805,29	668.047,17	2.382.758,12	3.431.481,09	731.422,07	2.700.059,02
Infraestruturas	60.467.445,90	32.871.561,69	27.595.884,21	60.910.933,26	35.292.401,75	25.618.531,51
Património histórico, artístico e cultural	648.140,25	0,00	648.140,25	917.392,25	10.046,02	907.346,23
Bens de domínio público em curso	11.484.667,58	0,00	11.484.667,58	12.094.206,40	0,00	12.094.206,40
	86.066.190,84	33.539.608,86	52.526.581,98	87.778.340,54	36.033.869,84	51.744.470,70
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	11.294.156,05	7.550.659,56	3.743.496,49	0,00	0,00	0,00
	11.294.156,05	7.550.659,56	3.743.496,49	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	47.935.480,47	0,00	47.935.480,47	46.599.934,72	0,00	46.599.934,72
Edifícios e outras construções	53.977.928,25	9.185.128,74	44.792.799,51	57.626.511,23	10.193.534,14	47.432.977,09
Equipamento básico	5.740.149,63	5.010.235,79	729.913,84	6.079.468,95	5.279.075,45	800.393,50
Equipamento de transporte	5.297.816,65	4.141.527,53	1.156.289,12	5.672.416,37	4.494.659,80	1.177.756,57
Equipamento administrativo	1.855.923,53	1.647.403,59	208.519,94	1.906.954,29	1.726.357,88	180.596,41
Outros	3.382.951,16	2.914.947,74	468.003,42	3.484.903,92	3.037.650,58	447.253,34
Ativos fixos tangíveis em curso	4.557.021,90	0,00	4.557.021,90	1.500.817,68	0,00	1.500.817,68
	122.747.271,59	22.899.243,39	99.848.028,20	122.871.007,16	24.731.277,85	98.139.729,31
TOTAL	220.107.618,48	63.989.511,81	156.118.106,67	210.649.347,70	60.765.147,69	149.884.200,01

5.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	10.415.131,82	0,00	9.195,72	0,00	0,00	10.424.327,54
Edifícios e outras construções	2.382.758,12	55,35	380.620,45	-63.374,90	0,00	2.700.059,02
Infraestruturas	27.595.884,21	25.853,92	417.633,44	-2.420.840,06	0,00	25.618.531,51
Património histórico, artístico e cultural	648.140,25	3.940,32	265.311,68	-10.046,02	0,00	907.346,23
Bens de domínio público em curso	11.484.667,58	1.244.755,59	-635.216,77	0,00	0,00	12.094.206,40
	52.526.581,98	1.274.605,18	437.544,52	-2.494.260,98	0,00	51.744.470,70
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	3.743.496,49	0,00	0,00	0,00	-3.743.496,49	0,00
	3.743.496,49	0,00	0,00	0,00	-3.743.496,49	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	47.935.480,47	0,00	-9.195,72	0,00	-1.326.350,03	46.599.934,72
Edifícios e outras construções	44.792.799,51	267.354,76	3.381.228,22 €	-1.008.405,40	0,00	47.432.977,09
Equipamento básico	729.913,84	345.169,32	0,00	-274.689,66	0,00	800.393,50
Equipamento de transporte	1.156.289,12	374.599,72	0,00	-353.132,27	0,00	1.177.756,57
Equipamento administrativo	208.622,97	53.747,80	0,00	-81.774,36	0,00	180.596,41
Outros	467.900,39	102.218,34	0,00	-122.776,45	-88,94	447.253,34
Ativos fixos tangíveis em curso	4.557.021,90	753.372,80	-3.809.577,02	0,00	0,00	1.500.817,68
	99.848.028,20	1.896.462,74	-437.544,52	-1.840.778,14	-1.326.438,97	98.139.729,31
TOTAL	156.118.106,67	3.171.067,92	0,00	-4.335.039,12	-5.069.935,46	149.884.200,01

5.2A ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – ADIÇÕES

Rubricas	Adições			
	Compra	Doação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	55,35	55,35
Infraestruturas	25.853,92	0,00	0,00	25.853,92
Património histórico, artístico e cultural	3.940,32	0,00	0,00	3.940,32
Bens de domínio público em curso	1.244.755,59	0,00	0,00	1.244.755,59
	1.274.549,83	0,00	55,35	1.274.605,18
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	267.354,76	0,00	0,00	267.354,76
Equipamento básico	345.169,32	0,00	0,00	345.169,32
Equipamento de transporte	374.599,72	0,00	0,00	374.599,72
Equipamento administrativo	53.747,80	0,00	0,00	53.747,80
Outros	102.218,34	0,00	0,00	102.218,34
Ativos fixos tangíveis em curso	753.372,80	0,00	0,00	753.372,80
	1.896.462,74	0,00	0,00	1.896.462,74
TOTAL	3.171.012,57	0,00	55,35	3.171.067,92

5.2B ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

Rubricas	Diminuições		
	Alienações a título oneroso	Outras	Total
Ativos fixos em concessão			
Infraestruturas	0,00	-3.743.496,49	-3.743.496,49
	0,00	-3.743.496,49	-3.743.496,49
Outros ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	-1.326.246,72	-103,31	-1.326.350,03
	-1.326.246,72	-192,25	-1.326.438,97
TOTAL	-1.326.246,72	-3.743.688,74	-5.069.935,46

Nota 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que de acordo com a NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos, nomeadamente o parágrafo 20, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido ou venda estão substancialmente concluídas.

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de financiamentos obtidos consolidados estava assim desagregada:

Designação	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final	Custos associados
Financiamentos obtidos			
Passivo não corrente	7.663.962,79	6.491.910,56	297.862,92
Passivo corrente	1.269.405,33	1.373.047,03	
TOTAL	8.933.368,12	7.864.957,59	297.862,92

Nota 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

a) Bases de Mensuração

As propriedades de investimento são registadas pelo método do custo e sujeitas anualmente a depreciação e teste de imparidade. Na adoção pela primeira vez do SNC-AP, o reconhecimento, foi efetuado pelo VPT, enquanto valor de mensuração inicial correspondendo o mesmo ao custo de aquisição. Para efeitos de divulgação, no final do ano de 2021, o valor do VPT, corresponde igualmente ao justo valor dos bens registados em Propriedades de investimento.

b) Método de depreciação usado

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos mesmos dos ativos fixos tangíveis.

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e Outras Construções
Taxas de depreciação	5,00%
Métodos de depreciação	Linha reta

8.1 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações Depreciações do período	Quantia escriturada final
Propriedades de Investimento			
Terrenos e recursos naturais	17.366.682,91		17.366.682,91
Edifícios e outras construções	117.417,28	-2.446,80	114.970,48
TOTAL	17.484.100,19	-2.446,80	17.481.653,39

8.2 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO – ADIÇÕES

Não houve adições no ano de 2024.

8.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO – DIMINUIÇÕES

Não houve diminuições no ano de 2024.

Nota 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

9.2 IMPARIDADE DE ATIVOS GERADORES DE CAIXA E ATIVOS NÃO GERADORES DE CAIXA

Ativo	Natureza	31/12/2024			31/12/2023		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	2.603.729,00	1.794.245,02	809.483,98	2.573.318,17	1.721.243,62	852.074,55
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	312.559,11	134.940,04	177.619,07	317.448,00	177.766,20	139.681,80
TOTAL		2.916.288,11	1.929.185,06	987.103,05	2.890.766,17	1.899.009,82	991.756,35

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições		Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Total aumentos	Reversões	Total diminuições	
Clientes, contribuintes e utentes	1.721.243,62	73.001,40	0,00	73.001,40	0	0,00	1.794.245,02
Matérias-primas, subsid.e de consumo	177.766,20	809,69	0,00	809,69	43.635,85	43.635,85	134.940,04
TOTAL	1.899.009,82	73.811,09	0,00	73.811,09	43.635,85	43.635,85	1.929.185,06

Nota 10. INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1 INVENTÁRIOS

Rubricas	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	312.559,11 €	134.940,04 €	177.619,07 €	317.448,00 €	177.766,20 €	139.681,80 €

10.2 INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	0,00		-1.177.770,00				1.177.770,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	139.681,80	850.861,33	-855.467,89	-809,69	43.635,85	-317,86	35,53	177.619,07
TOTAL	139.681,80	850.861,33	-2.033.237,89	-809,69	43.635,85	-317,86	1.177.805,53	177.619,07

10.3 CMVMC - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Custo das merc.vend.mat.consumidas	2024	2023
Terrenos e propriedades	1.177.770,00	540.061,20
Outras mercadorias	1.792,64	448,16
Matérias-primas	0,00	4.059,00
Peças e outros materiais de manutenção	2.663,77	22.884,63
Alimentação géneros p/confeccionar	229.340,70	230.086,34
Combustíveis e lubrificantes	268.756,78	302.496,16
Ferramentas e utensílios	334,92	616,97
Artigos de higiene e limpeza	81.265,90	121.896,84
Materiais de construção	64.947,26	30.575,85
Outros	206.365,92	202.648,71
Totais	2.033.237,89	1.455.773,86

Rubricas	2024			2023		
	Mercadorias	Matérias Primas Subs. Consumo	Total	Mercadorias	Matérias Primas Subs. Consumo	Total
Existências iniciais	0,00	317.448,00	317.448,00	0,00	325.760,02	325.760,02
Compras	0,00	850.861,33	850.861,33	0,00	904.808,83	904.808,83
Regularização de existências	1.177.770,00	-282,33	1.177.487,67	540.509,36	2.143,65	542.653,01
Existências finais	0,00	312.559,11	312.559,11	0,00	317.448,00	317.448,00
CMVMC	1.177.770,00	855.467,89	2.033.237,89	540.509,36	915.264,50	1.455.773,86

Nota 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação com contraprestação	2024	2023
Prestações de Serviços	3.875.813,63	4.045.404,32
Venda de bens	4.402.436,25	3.911.494,83
Taxas, multas e outras penalidades	2.989.213,55	2.818.645,01
Juros	0,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	43.636,53	30.381,49
Outros rendimentos	1.308.397,41	1.722.431,79
TOTAL	12.619.497,37	12.528.357,44

Nota 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	2024	2023
Impostos diretos	4.266.139,07	5.489.699,48
Impostos indiretos	3.357.392,19	3.581.865,21
Transferências sem condição	9.539.305,37	8.897.439,62
Transferências com condição	1.723.049,74	1.804.049,82
Subsídios sem condição	0,00	0,00
Subsídios com condição	424.115,09	407.167,90
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00
Outros	94.771,47	81.833,94
TOTAL	19.404.772,93	20.262.055,97

Nota 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 3.676.329,20€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Encontravam-se ainda provisionados 1.600€ relativos a processos de contraordenação contestados de âmbito ambiental.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Aumentos da quantia escriturada	Total de aumentos	Reversões	Total de diminuições	
Provisões						
Processos judiciais em curso	3.676.329,20	0,00	0,00	0,00	0,00	3.676.329,20
Matérias ambientais	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00
Outras provisões	3.319,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3.319,76
TOTAL	3.681.248,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.681.248,96

Nota 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data mais quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

18.1 ATIVOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31/12/2024			31/12/2023		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos Financeiros	Mensurados ao justo valor através de resultados	ATIVO NÃO CORRENTE						
		Participações Financeiras						
		- Participações de capital - MEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mensurados ao custo amortizado menos imparidades	ATIVO NÃO CORRENTE						
		Participações Financeiras						
		- Participações de capital - Custo	16.881,36	0,00	16.881,36	16.781,36	0,00	16.781,36
		- Investimentos noutras entidades	465.233,51	0,00	465.233,51	462.440,74	0,00	462.440,74
		ATIVO CORRENTE						
		Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
		- Dev. por transf. e sub. não reemb.	988.715,46	0,00	988.715,46	2.293.597,74	0,00	2.293.597,74
		Clientes, contribuintes e utentes						
		- Clientes c/c	615.609,29	0,00	616.983,15	792.779,76	0,00	792.779,76
		- Contribuintes	1.526,54	0,00	1.526,54	1.090,33	0,00	1.090,33
		- Utentes	192.348,15	0,00	192.348,15	58.204,46	0,00	58.204,46
		- Cobrança duvidosa	1.794.245,02	1.794.245,02	0,00	1.721.243,62	1.721.243,62	0,00
		Outros ativos						
		- Estado e out.ent.públicos	759.593,78	0,00	759.593,78	568.321,77	0,00	568.321,77
		- Dev. por acréscimos	3.832.047,42	0,00	3.832.047,42	3.178.162,15	0,00	3.178.162,15
		- Devedores diversos	481.244,34	0,00	479.870,48	560.112,29	0,00	560.112,29
		- Outros ativos financeiros	5.083,00	0,00	5.083,00	5.186,50	0,00	5.186,50
			Totais	9.152.527,87	1.794.245,02	7.358.282,85	9.657.920,72	1.721.243,62

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Os fornecedores resultam da atividade normal do Grupo Municipal enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros		31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo	Credores p/transf.sub.emp.bonif.	
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.	45.239,06 38.079,26
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	2.257.162,46 2.526.536,88
		Fornecedores	1.292.840,85 771.628,54
		Outros passivos	
		- Estado e out.ent.públicos	345.840,20 429.539,63
		- Fornecedores de investimentos	493.103,67 344.660,58
		- Cred. por acréscimos	1.763.644,62 1.671.575,25
		- Credores diversos	1.155.327,03 1.126.505,83
		Financiamentos obtidos	5.607.795,13 6.406.831,24
		Totais	12.960.953,02 13.315.357,21

Nota 20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

20.1 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Município de Sines / SinesTecnopolo

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos				Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial (1)	Obrigações constituídas no exercício (2)	Pagamentos do exercício (4)	Saldo final (6)=(1)+(2)- (3)-(4)	Saldo inicial (7)	Direitos constituídos no exercício (8)	Anulações no exercício (9)	Recebimentos do exercício (10)	Saldo final (11)=(7)+(8)- (9)-(10)
Transferências	0,00	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00				0,00
Relações Comerciais	0,00	60,00	60,00	0,00	20.038,15	6.387,20	22.609,06	2.333,32	1.482,97
Total	0,00	170.060,00	170.060,00	0,00	20.038,15	6.387,20	22.609,06	2.333,32	1.482,97

Município de Sines / Associação Pro Artes

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos				Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial (1)	Obrigações constituídas no exercício (2)	Pagamentos do exercício (4)	Saldo final (6)=(1)+(2)- (3)-(4)	Saldo inicial (7)	Direitos constituídas no exercício (8)	Anulações no exercício (9)	Recebimentos do exercício (10)	Saldo final (11)
Transferências	0,00	129.360,00	129.360,00	0,00					0,00
Relações Comerciais	0,00	13.000,00	13.000,00	0,00					0,00
Total	0,00	142.360,00	142.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 21. RELATO POR SEGMENTOS

A Norma de Contabilidade Pública 25 - Relato por Segmentos, exige a informação por segmentos. O Manual de Implementação do SNC-AP é omissivo nesta matéria, principalmente na definição de segmentos aplicável aos Municípios. Por outro lado, não existe qualquer indicação da DGAL referente à definição dos segmentos, nem que critérios utilizar para tal.

De acordo com aquela norma “Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos”. Os segmentos podem ser segmentos de serviços, ou segmentos geográficos.

Também a NCP 25 refere que:

- Um segmento de serviço refere-se a um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares consistentes com a missão global de cada entidade. Um segmento de serviço também se refere a atividades de entidades com leis orgânicas próprias e que tenham sido agregadas numa única entidade para efeitos de orçamento, contabilidade e relato. Muitas vezes estas entidades assumem a designação de entidade “Gestão Administrativa e Financeira”; e
- Um segmento geográfico é um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares dentro de uma área geográfica em particular.

Neste Município não foram definidos segmentos de serviços, por não se considerar que existam segmentos de tal forma distintos que exijam que a informação seja autonomizada.

O Município de Sines exerce a sua atividade na área geográfica do concelho de Sines, pelo que também não se aplica a definição de segmentos geográficos.

Nota 23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS EFETUADOS PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados todos os créditos e dívidas recíprocos entre as entidades consolidantes, os ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas reciprocamente o capital social que o Município de Sines detém nas entidades consolidadas. Posteriormente foram apurados os “interesses minoritários”, conforme se encontra demonstrado no quadro abaixo.

Lançamento	Descrição	A Débito		A Crédito	
		Conta	Valor	Conta	Valor
L1	Eliminação de custos e proveitos relativos à quota anual da CMS para o Sines Tecnopolo	75	170.060,00 €	60	170.060,00 €
L2	Eliminação de custos e proveitos relativos à quota anual da CMS para a Pro Artes	75	99.360,00 €	60	99.360,00 €
L3	Eliminação da faturação emitida pela CMS ao Sines Tecnopolo - Fornecimento de água	712	-16.221,86 €	62	-16.221,86 €
L4	Eliminação do saldo de conta corrente relativo à faturação de água da CMS ao Sines Tecnopolo	221	1.482,97 €	211	1.482,97 €
L5	Eliminação de custos e proveitos relativos à prestação de serviços da Pró-Artes para a CMS	75	43.000,00 €	60	43.000,00 €
L6	Eliminação da equivalência patrimonial efetuada na prestação de contas individual da CMS relativa ao Sines Tecnopolo - RLE	78	104.429,08 €		
L7	Eliminação da equivalência patrimonial relativa ao SinesTecnopolo	51	850.000,00 €	411	2.158.368,02 €
		5712	486.970,68 €	5711	314.196,59 €
		5713	1.867.231,12 €	59	836.066,27 €
L8	Eliminação da equivalência patrimonial efetuada na prestação de contas individual da CMS relativa à Pró-Artes - RLE	76	84.907,45 €		
L9	Eliminação da equivalência patrimonial relativa à Pró-Artes	299	102.276,90 €	5711	42.672,60 €
		51	138.000,00 €	5713	303.403,90 €
		5712	800.914,19 €	59	780.022,04 €
L10	Método da equivalência patrimonial - Município, EM.	414	27,10 €	785	176,40 €
		414	176,40 €	571	27,10 €
L11	Interesses Minoritários - Resultado Líquido do Período	88	19.350,69 €	59	207.739,75 €
	Interesses Minoritários - Capitais Próprios	51	158.443,16 €		
		58	173.547,42 €		
		571	25.000,00 €		
		59	230.052,66 €		
	Interesses Minoritários			IM	398.654,18 €
Total		5.339.007,96 €		5.339.007,96 €	

23.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e serviços externos		2024	2023
621	Subcontratos e parcerias	1.379.007,26	1.319.038,41
	- Serviços de Saneamento básico	335.357,93	363.648,34
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	545.258,47	590.313,05
	- Água - Abastecimento Público	11.689,67	29.798,52
	- Espaços de desporto cultura e lazer	1.322,01	136,30
	- Limpeza Urbana	235.214,54	56.137,69
	- Iluminação Pública	226.375,42	229.897,58
	- Transportes Escolares	0,00	31.709,85
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	0,00	156,27
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	17.547,41	8.467,62
	- Outros	6.241,81	8.773,19
622	Serviços especializados	6.079.584,31	5.066.362,82
	- Trabalhos especializados	4.432.204,07	3.598.436,73
	- Publicidade comunicação e imagem	98.192,13	124.799,72
	- Vigilância e segurança	228.559,58	129.752,81
	- Honorários	270.244,07	299.901,38
	- Comissões de cobrança de impostos e taxas	164.663,01	168.663,48
	- Comissões de outras cobranças	22.969,76	21.031,20
	- Comissões de serviços financeiros	6.628,58	4.736,90
	- Conservação e reparação	850.061,19	706.079,62
	- Outros serviços especializados	6.061,92	12.960,98
623	Materiais de consumo	365.604,39	294.613,81
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	70.304,57	76.340,18
	- Livros e documentação técnica	1.067,86	3.294,11
	- Material de escritório	10.712,60	10.464,25
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	124.954,47	61.545,88
	- Material de educação cultura e recreio	127.465,73	91.636,03
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	6.156,04	14.399,91
	- Medicamentos e artigos para a saúde	421,77	1.482,64
	- Produtos químicos e de laboratórios	462,30	5.799,83
	- Outros fornecimentos e serviços	24.059,05	29.650,98
624	Energia e fluídos	864.671,36	695.997,16
	- Electricidade	747.302,24	587.119,71
	- Combustíveis e lubrificantes	98.972,77	119.291,63
	- Outros	18.396,35	-10.414,18
625	Deslocações, estadas e transportes	52.249,97	44.918,66
	- Deslocações e estadas	40.725,28	30.362,39
	- Transportes Escolares	2.385,00	14.187,75
	- Transportes de pessoal	4.336,47	340,00
	- Outros	4.803,22	28,52
626	Serviços diversos	942.547,54	942.064,00
	- Rendas e alugueres	149.954,69	118.200,88
	- Comunicação	88.236,27	84.135,86

Fornecimentos e serviços externos		2024	2023
- Seguros		135.503,38	131.911,25
- Contencioso e notariado		12.512,19	11.215,63
- Despesas de representação dos serviços		3.612,53	8.640,37
- Limpeza, higiene e conforto		377.104,15	290.686,65
- Outros serviços		175.624,33	297.273,36
Totais		9.683.664,83	8.362.994,86

23.3 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações Órgãos Autárquicos	233.320,65	225.031,24
Remunerações do pessoal		
- Remunerações base	7.201.553,51	6.763.986,74
- Subsídios de férias	737.183,17	708.016,83
- Subsídios de Natal	611.018,37	572.284,72
- Despesas de representação	65.442,41	15.231,00
- Subsídio de refeição	748.415,82	726.270,23
- Trabalho extraordinário	530.319,39	449.980,31
- Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	137.253,24	132.101,70
- Abono para falhas	22.918,50	19.618,06
- Ajudas de custo	19.402,96	56.866,80
- Outros suplementos	104.512,35	78.825,13
Indemnizações	2.964,38	4.508,71
Encargos s/ Remunerações	2.263.715,08	2.147.572,49
Seguros de acid. trab e doenças profis.	115.874,51	105.854,74
Outros gastos com o pessoal	47.699,93	376.858,65
Outros encargos sociais	205.212,60	246.416,99
	13.046.806,87	12.629.424,34

Nota final: As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo Municipal ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Município de Sines							
Demonstração consolidada de desempenho orçamental							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2024	2023	Rubrica	PAGAMENTOS	2024	2023
	Saldo da gerência anterior	3.984.897,75	4.290.032,53				
	Operações orçamentais (1)	3.157.888,26	3.390.136,30				
	Devolução do saldo oper. Orçamentais						
	Operações tesouraria (A)	827.009,49	899.896,23				
	Receita corrente	26.386.944,54	26.957.235,21		Despesa corrente	26.244.383,86	24.350.304,93
R1	Receita Fiscal	6.970.377,66	9.153.579,52	D.1	Despesa com o Pessoal	13.069.498,65	12.527.716,31
R1.1	Impostos Diretos	6.970.377,66	9.153.579,52	D.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	9.779.102,45	9.209.223,55
R1.2	Impostos Indiretos			D.1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	810.227,56	730.483,02
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas			D.1.3	Segurança Social	2.480.168,64	2.588.009,74
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2.774.908,39	2.788.785,61	D2	Aquisição de Bens e Serviços	10.284.683,54	9.226.821,07
R4	Rendimentos de propriedade	627.046,57	580.714,36	D3	Juros e Outros Encargos	297.231,19	293.080,93
R5	Transferências e subsídios correntes	9.548.041,76	8.714.576,96	D4	Transferências e subsídios correntes	2.514.500,09	2.210.565,05
R5.1	Transferências Correntes	9.548.041,76	8.714.576,96	D4.1	Transferências Correntes	2.513.168,97	2.208.906,22
R5.1.1	Administrações Públicas	9.478.320,94	8.636.182,78	D4.1.1	Administrações Públicas	1.292.816,20	1.235.643,28
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	9.400.594,20	8.561.442,10	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	238.642,69	235.159,01
R5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	77.786,74	74.740,68	D4.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local	-60,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	1.054.173,51	1.000.484,27
R5.1.2	Exterior - EU	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1.031.689,14	805.578,38
R5.1.3	Outras	69.720,82	78.394,18	D4.1.3	Famílias	188.663,63	167.684,56
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	6.035.219,04	5.627.049,71	D4.2	Subsídios correntes	1.331,12	1.658,83
R7	Outras Receitas Correntes	431.351,12	92.529,05	D5	Outras Despesas Correntes	78.470,39	92.121,57
	Receita capital	6.097.072,56	4.920.371,87		Despesa capital	3.241.953,07	7.525.593,74
R8	Venda de bens investimento	3.062.703,19	2.611.178,66	D6	Aquisição de bens de capital	3.218.203,07	7.417.444,34
R9	Transferências e subsídios de capital	3.030.018,23	2.306.754,55	D7	Transferências e subsídios de capital	23.750,00	108.149,40
R9.1	Transferências Capital	3.030.018,23	2.306.754,55	D7.1	Transferências de Capital	23.750,00	108.149,40
R9.1.1	Administrações Públicas	2.984.018,23	2.214.837,69	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	2.984.018,23	2.214.837,69	D7.1.1.1	Administração Central - Estado		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior -EU			D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	23.750,00	108.149,40
R9.1.3	Outras	46.000,00	91.916,86	D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras Receitas capital	4.121,14	2.018,17	D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposição não abatidas ao pagamento	230,00	420,49	D8	Outras Despesas Capital		
	Receita efetiva (2)	32.484.017,10	31.877.607,08		Despesa efetiva (5)	29.486.336,93	31.875.898,67
	Receita não efetiva (3)	980.514,22	2.651.283,33		Despesa não efetiva (6)	2.141.212,48	2.885.239,78
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	980.514,22	2.651.283,33	D10	Despesa com passivos financeiros	2.141.212,48	2.885.239,78
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	36.622.419,58	37.919.026,71		Soma (7)=(5)+(6)	31.627.549,41	34.761.138,45
	Operações de tesouraria (B)	196.849,40	229.589,58		Operações de Tesouraria (C)	97.183,77	302.476,32
					Saldo para a gerência seguinte	5.921.545,29	3.984.897,75
					Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	4.994.870,17	3.157.888,26
					Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	926.675,12	827.009,49
					Saldo global (2)-(5)	2.997.680,17	1.708,41
					Despesa Primária	29.189.105,74	31.582.817,74
					Saldo Corrente	142.560,68	2.606.930,28
					Saldo Capital	2.855.119,49	-2.605.221,87
					Saldo Primário	3.294.911,36	294.789,34
					Receita total (1)+(2)+(3)	36.622.419,58	37.919.026,71
					Despesa total (5)+(6)	31.627.549,41	34.761.138,45

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Município de Sines

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2024	2023	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2024	2023
	Receita corrente	2.973.228,42	3.068.896,51		Despesa corrente	856.854,94	1.312.135,28
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D.1	Despesa com o Pessoal	208.346,21	540.466,26
R1.1	Impostos Diretos	0,00		D.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	44.354,56	67.054,07
R1.2	Impostos Indiretos			D.1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	4.616,74	3.519,53
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas			D.1.3	Segurança Social	159.374,91	469.892,66
R3	Taxas, multas e outras penalidades	252.686,04	479.746,18	D2	Aquisição de Bens e Serviços	332.967,67	599.841,73
R4	Rendimentos de propriedade	167,75	0,00	D3	Juros e Outros Encargos	9.912,69	9.912,69
R5	Transferências e subsídios correntes	407.692,03	543.570,84	D4	Transferências e subsídios correntes	62.135,06	40.688,72
R5.1	Transferências Correntes	407.692,03	543.570,84	D4.1	Transferências Correntes	62.135,06	40.688,72
R5.1.1	Administrações Públicas	407.692,03	543.570,84	D4.1.1	Administrações Públicas	16.896,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	407.692,03	543.570,84	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	16.896,00	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - EU	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	45.239,06	40.688,72
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	2.290.581,50	1.937.146,89	D4.2	Subsídios correntes		
R7	Outras Receitas Correntes	22.101,10	108.432,60	D5	Outras Despesas Correntes	243.493,31	121.225,88
	Receita capital	1.049.440,05	1.613.283,05		Despesa capital	374.170,35	32.111,90
R8	Venda de bens investimento	30.369,93		D6	Aquisição de bens de capital	374.170,35	32.111,90
R9	Transferências e subsídios de capital	1.013.986,40	1.602.944,19	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	
R9.1	Transferências Capital	1.013.986,40	1.602.944,19	D7.1	Transferências de Capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	1.013.986,40	1.602.944,19	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	1.013.986,40	1.602.944,19	D7.1.1.1	Administração Central - Estado		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local	0,00	
R9.1.2	Exterior -EU			D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras Receitas capital	5.083,72	10.338,86	D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposição não abatidas ao pagamento	0,00		D8	Outras Despesas Capital		
	Receita efetiva (1)	4.022.668,47	4.682.179,56		Despesa efetiva (4)	1.231.025,29	1.344.247,18
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00		D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00		D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita total (3)=(1)+(2)	4.022.668,47	4.682.179,56		Despesa total (6)=(4)+(5)	1.231.025,29	1.344.247,18



Digitally signed by [Assinatura Qualificada] Nuno José Gonçalves Mascarenhas
Date: 2025.06.13 19:24:49 +01:00

O Presidente da Câmara Municipal

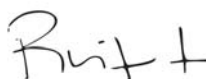
Nuno Mascarenhas



Digitally signed by [Assinatura Qualificada] Fernando Miguel Ramos
Date: 2025.06.12 15:20:49 +01:00

O Vice-Presidente

Fernando Ramos



Digitally signed by FILIPA MARTA TORRES FARIA
Date: 2025.06.13 16:18:57 +01:00

A Vereadora

Filipa Faria



Digitally signed by [Autenticação] José Manuel Guerreiro Arsénio
Date: 2025.06.06 12:54:42 +01:00

O Vereador

José Arsénio

O Vereador

António Braz

**JAIME ANTÓNIO
PEREIRA PIRES
DE CÁCERES**

Digitally signed by JAIME ANTÓNIO PEREIRA PIRES DE CÁCERES
Date: 2025.06.16 14:17:18 +01:00

O Vereador

Jaime Cáceres

**GONÇALO JOSÉ
TEIXEIRA PIMENTA
MALDONADO NAVES**

Digitally signed by GONÇALO JOSÉ TEIXEIRA PIMENTA MALDONADO NAVES
Date: 2025.06.13 16:26:48 +01:00

O Vereador

Gonçalo Naves

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário

O 2º Secretário



Digitally signed by [Assinatura Qualificada] Ricardo Alexandre Ramos Barbosa
Date: 2025.06.02 15:37:30 +01:00

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças

Contabilista Público OCC n.º 79.169
Ricardo Barbosa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Sines** (Grupo), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024, (que evidencia um total de **180.928.465,60 €** e um total do património líquido consolidado de **157.010.710,82 €**, incluindo um resultado líquido negativo consolidado de **1.056.284,18€**), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações do património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Sines**, em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Na preparação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as entidades consolidadas Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama (Sines Tecnopolo) e a Associação Pró Artes de Sines não aplicaram, o referencial contabilístico aplicável às entidades públicas integrado no subsetor da administração local, designadamente o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). As demonstrações financeiras foram preparadas com base em princípios contabilísticos do normativo geral (SNC Geral) no primeiro caso e no segundo com base na Norma Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), os quais não são os adequados ao enquadramento jurídico das Entidades. Este não cumprimento do normativo, nomeadamente a não adoção da contabilidade orçamental, pode comprometer a comparabilidade, relevância e fiabilidade da informação financeira, pelo que é imperativo a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), já em 2025. Face ao exposto, não nos pronunciamos sobre o impacto dos montantes incluídos, destas entidades, nas demonstrações consolidadas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: não aplicação do referencial contabilístico pelas entidades consolidadas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares - Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

6 de junho de 2025

TELES, SANTINHO & ASSOCIADO, SROC, Lda.,
representada por
ROC 1503 | CMVM 20161113

Assinado por: **Andreia Isabel Inácio Teles**
Num. de Identificação: 11076119
Data: 2025.06.06 19:55:25+01'00'